

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Marina Agne Krug

O GÊNERO FEMININO RETRATADO DURANTE O
MOVIMENTO FEMINISTA – ANÁLISE DOS ANOS 70
– REVISTA VEJA

Passo Fundo

2015

Marina Agne Krug

O GÊNERO FEMININO RETRATADO DURANTE O
MOVIMENTO FEMINISTA – ANÁLISE DOS ANOS 70
– REVISTA VEJA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2015

Marina Agne Krug

O GÊNERO FEMININO RETRATADO DURANTE O MOVIMENTO FEMINISTA –
ANÁLISE DOS ANOS 70 – REVISTA VEJA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Dr. Otavio José Klein.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Otavio José Klein - UPF

Prof - UPF

Prof - UPF

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais Luís Roberto e Regina Elena, por todo o apoio, compreensão e amizade por todos esses anos em que estive na faculdade.

Obrigada por me incentivarem a sempre estudar e correr atrás dos meus objetivos e sonhos, vocês são meus maiores exemplos! Agradeço às minhas irmãs Luísa e Paula, por me apoiarem e sempre acreditarem no meu potencial e estarem ao meu lado em todos os momentos da vida. Leonardo, obrigada pela paciência e por sempre estar me acompanhando e torcendo para que eu me transforme em uma pessoa melhor a cada dia.

Vocês são a motivação para tudo isso. Sem vocês, eu nada seria.

Agradeço aos meus professores por todo o conhecimento adquirido e, principalmente, ao Prof. Otavio José Klein por toda a ajuda, auxílio e paciência para que minha passagem pela FAC se encerrasse com grande bagagem de conhecimento e força de vontade para que minha vida acadêmica não estacione por aqui. Aos meus colegas e amigos, a minha gratidão pelos momentos juntos. Muito obrigada!

LISTA DE FIGURAS:

| | |
|---------------|----|
| Figura 1..... | 36 |
| Figura 2..... | 37 |
| Figura 3..... | 38 |
| Figura 4..... | 41 |

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar de que forma o gênero feminino foi retratado pela Revista Veja durante a década de 1970 ao longo do movimento feminista. A análise procurou observar de que maneira a mulher foi retratada pela revista Veja em um momento da história em que as feministas buscavam a igualdade de gênero e direitos culturais e políticos iguais aos homens na década em que a Segunda Onda acontecia no mundo. A pesquisa foi feita com o método análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin, por meio de categorias definidas para a monografia, através de amostras intencionais em edições que contêm matérias sobre a temática. A fundamentação teórica foi fundamental para compreender o conceito de gênero, a mulher na história, sobre o jornalismo de revista e os gêneros jornalísticos utilizados nas amostras analisadas. O resultado obtido aponta que a Revista Veja publicou poucas vezes sobre a mulher, comparando às quinhentas e vinte edições durante os dez anos, sendo publicadas apenas vinte e nove sobre o tema. A Veja não deixou de retratar a mulher como dona de casa nos primeiros anos da década e demonstrou-se preconceituosa por diversos momentos, fazendo com que a mulher demorasse para se desvincular do estereótipo que buscava modificar.

Palavras-chave: Gênero feminino. Gêneros jornalísticos. Movimento feminista.

SUMÁRIO:

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 7 |
| Capítulo 1 Conceito de gênero | 10 |
| 1.1 A mulher na história | 13 |
| 1.2 A mulher na idade média..... | 16 |
| Capítulo 2 Movimento Feminista..... | 18 |
| 2.1 O feminismo na ditadura militar | 19 |
| 2.2 As ondas do feminismo | 21 |
| Capítulo 3 Jornalismo de revista e gêneros jornalísticos | 26 |
| 3.1 A história da revista no Brasil | 26 |
| 3.2 Jornalismo de revista | 27 |
| 3.3 Os gêneros jornalísticos..... | 28 |
| Capítulo 4 Descrição e análise das matérias | 35 |
| 4.1 Passo um..... | 35 |
| 4.2 Passo dois | 35 |
| 4.3 Passo três | 37 |
| 4.3.1 Temática profissão | 37 |
| 4.3.2 Temática feminismo..... | 41 |
| 4.3.3 Temática comportamento..... | 43 |
| 4.3.4 Temática sexo..... | 46 |
| 4.3.5 Temática política..... | 47 |
| 4.3.6 Temática religião..... | 48 |
| 4.3.7 Temática maternidade | 49 |
| Capítulo 5 Considerações finais | 50 |
| Capítulo 6 Referências bibliográficas..... | 53 |

INTRODUÇÃO

O movimento feminista é um marco histórico para as mulheres e é até hoje símbolo de garra e persistência para o fim da discriminação e preconceito do gênero feminino. O movimento explodiu nas décadas de 1960 e 1970 na Europa e nos Estados Unidos por questões políticas e culturais que as mulheres sofriam na época contrariando os conservadores da sociedade. No Brasil, nessa mesma época, o país vivia o auge da ditadura militar sofrendo pela falta de democracia, a censura, perseguição política e repressão dos cidadãos contra o regime militar.

Há três momentos importantes do movimento feminista, denominadas ondas. A segunda onda, a que ocorreu na década de 1970, será o momento abrangido pela pesquisa. Nesta década ocorreram as principais mudanças no que se diz respeito às práticas de gênero. Tendo em vista este fato, a pesquisa foi realizada nas edições da Revista Veja durante a década de 1970. A Veja originou-se quase no início da década, datada no ano de 1968, desta forma, a análise foi feita poucos anos após a primeira publicação. A partir da década de 70, durante o regime militar, as mulheres, independentemente de partido político, juntaram-se em uma organização formando uma manifestação contra a ditadura. Em 1975 a Organização das Nações Unidas criou o Ano Internacional da Mulher, e a partir desse momento, a questão do gênero feminino começou a ser discutido em universidades e entre profissionais liberais.

No mesmo ano de 1975, organizou-se o Congresso Internacional da Mulher no Brasil e também no México. No Brasil, o movimento resultou na Semana de Pesquisa Sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira. Em setembro do mesmo ano, através do resultado do movimento feminista, foi criado o Centro da Mulher Brasileira, um órgão institucionalizado, tendo como função principal intermediar os objetivos feministas em forma de ação coletiva. Com isso, foram criados centros de estudos promovendo seminários e discussões e também pesquisas sobre o papel da mulher na sociedade.

O movimento feminista é um marco histórico para a vida das mulheres do Brasil e do mundo. E estudar como o movimento foi retratado pela revista Veja, como a mulher, em si, foi representada, diante dessa onda de manifestos e protestos, luta contra as desigualdades, tanto financeiras quanto políticas e também pela conquista de diversos aspectos de suas vidas pessoais, é muito importante para nós, comunicadores e pesquisadores. Todas as lutas e conquistas fazem parte do que, nós mulheres, somos hoje.

O movimento feminista é um assunto que se prolonga dia após dia, portanto, como assunto que me traz muitos interesses, tanto pessoais como profissionais, pretendo continuar

estudando e acompanhando as conquistas das mulheres. Sendo assim, conhecer como a imprensa se comportou frente a um movimento tão importante para a história das mulheres sempre foi um assunto que me trouxe muitas perguntas e curiosidades sobre o tema, principalmente se tratando de meios de comunicação jornalísticos.

Portanto, o problema de pesquisa deste trabalho foi analisar de que forma a revista *Veja* retratou o gênero feminino durante o movimento feminista que estava acontecendo na década de 1970, por meio de temáticas definidas como profissão, feminismo, comportamento, sexo, política, religião e maternidade e a partir das temáticas, analisar de que forma a produção jornalística foi feita através dos gêneros jornalísticos informativo e opinativo.

O aprendizado sobre o tema foi de relevância para acadêmicos da comunicação por aprofundar o conteúdo sobre o assunto, a posição de determinada empresa de jornalismo, no caso, a Revista *Veja* e também, para o público em geral, por se tratar de um conteúdo ao alcance e interesse de todos, o qual é de grande importância para a história do Brasil e do mundo.

A Revista *Veja* é distribuída semanalmente, publicada pela Editora Abril. Foi criada em 1968 pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta que aborda assuntos como educação, tecnologia, saúde, conhecimento, atualidades, negócios e carreira, moda, esporte, arte e cultura, economia, ciência e entretenimento. Disponibiliza a revista impressa e o acervo digital, onde é possível encontrar todas as edições da revista desde a sua primeira edição. Com uma tiragem superior a um milhão de cópias, é a maior com número de assinantes e circulação nacional.

Esta presente pesquisa foi realizada através do método proposto por Laurence Bardin (1977, p. 38) método de análise de conteúdo. Segundo a autora, (1977, p. 38), a análise de conteúdo é um conjunto de técnica de análise das comunicações, os quais utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos que descrevem os conteúdos das mensagens. Ou seja, a análise de conteúdo é descrita por Bardin (1977, p. 47) como uma forma de estudo que visa procurar obter as descrições dos conteúdos das mensagens por meio de indicadores que permitam inferir os conhecimentos relativos às condições variáveis que inferem essas mensagens.

Segundo Bardin (1977, p. 95), a organização da análise se divide em três pólos cronológicos: 1) a pré-análise 2) a exploração do material 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase é onde são escolhidos os documentos a serem submetidos a análise, preparação das hipóteses e a elaboração de indicadores que trazem fundamentação para a interpretação final. A segunda fase é onde acontece a administração sistemática das decisões tomadas. E a terceira e última fase consiste em tratar os resultados brutos de maneira a serem significativos, que permitem elaborar quadros de resultados, figuras

e modelos que põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p. 95-101).

Desta forma, foi utilizado dentro dos critérios de Bardin (1977, p.36), a análise categorial, que de acordo com a autora “pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”.

A partir da metodologia aplicada neste trabalho, foi analisada uma amostra intencional de 29 edições da Revista Veja de um universo de 520 edições, durante a década de 1970 (1970-1979), a partir de temáticas como: profissão, feminismo, comportamento, sexo, política, religião e maternidade. Determinadas as temáticas, foram analisadas a partir delas os gêneros Jornalísticos: Informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) e Opinativo (coluna, crônica e carta ao Leitor). Após a classificação das temáticas e os gêneros jornalísticos, foram estudadas o conteúdo das mensagens do meio de comunicação como objeto de estudo (Revista Veja), analisando a posição da Revista Veja em relação ao gênero feminino durante o Movimento Feminista a partir da amostra intencional definida. As matérias analisadas foram observadas em cada formato de gênero jornalístico, explorando a quantidade de matérias que relatam o movimento e a forma como a mulher era representada a partir de reportagens, os materiais noticiados e ouvida por meio de entrevistas, pela Revista Veja durante a década de 1970.

No primeiro capítulo, foi estudado o conceito de gênero, a história da mulher desde as primeiras civilizações, pois estudar gênero é parte fundamental para acompanhar e compreender o desenvolvimento do feminismo.

Logo após, no segundo capítulo, o movimento feminista foi aprofundado, assim como cada uma das suas fases denominadas ondas, para compreender a luta das mulheres e pelos quais direitos lutam desde o século XIX. O movimento durante a ditadura militar também foi abordado neste capítulo, para entender a força militar exercida sobre as mudanças das mulheres na sociedade.

No terceiro capítulo, o jornalismo de revista e os gêneros jornalísticos foram estudados e compreendidos de acordo com autores importantes e reconhecidos na história do jornalismo e dos estudos acerca da comunicação social.

Enfim, no quarto capítulo foi encontrada a descrição e análise das matérias, segundo a metodologia aplicada, seguindo as temáticas, inferências e formatos jornalísticos para atingir o objetivo de analisar como o gênero feminino foi retratado pela revista durante a década de 1970.

E por fim, no capítulo cinco, foram apresentadas as considerações finais aplicadas pela pesquisa realizada.

1 CONCEITO DE GÊNERO

Neste capítulo, será estudado o conceito de gênero sob a perspectiva de alguns autores clássicos das pesquisas de gênero, cujo tema é de extrema importância para a história do feminismo. Serão utilizadas ideias de autores como Simone de Beauvoir, que foi uma escritora feminista francesa, Joan Scott, uma historiadora que trabalhou direcionada a história das mulheres segundo a perspectiva de gênero, Rose Marie Muraro, escritora e feminista brasileira, entre outros.

Para compreender o conceito acerca de gênero, é preciso contextualizar dentro de uma perspectiva social, política, cultural, educacional e econômica relacionadas a representações de gênero, estas que se diferenciam na forma como são construídas no Brasil, assim como em sociedades europeias, norte-americanas, entre outras (SOUZA, 2010, p. 17)

Durante o passar dos séculos, o feminino foi classificado de diversas formas, e as concepções sobre gênero foram se modificando. “A própria ideia de feminino e o modo como ela passou a ser construída e representada ganhou novas nuances, passando a se considerar a construção de novas identidades e de uma nova imagem da mulher (SOUZA, 2010, p. 18).

Beauvoir (1967, p. 9) não utiliza o termo “papéis sexuais”, porém condensa ideias presentes nessa concepção, quando considera que a posição da mulher é uma construção social. Para Beauvoir, a dominação masculina se deve a construção que a história e a cultura fizeram, nos termos da autora, da “fêmea humana”. A partir desse pensamento, a autora relata que as mulheres não nascem mulheres e sim tornam-se. Define que a mulher na sociedade não é relacionada a seus fatores biológicos, psíquico ou econômico, e sim, o conjunto da civilização que a torna diferente do sexo masculino.

De acordo com Scott (1992, p. 64-65), a definição de conceito de gênero foi feita a partir das feministas americanas sendo criado para contestar um determinismo biológico entre os sexos, concedendo-lhes uma característica fundamentalmente social.

Scott (1995, p. 72) diz que

Na gramática, o gênero feminino é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados (SCOTT, 1992, p. 72).

Utilizando o termo “gênero” de forma mais recente e simples, “gênero” é semelhante a “mulheres”. Estudos, artigos e obras que constituíam da história da mulher, foram modificadas

utilizando o termo “mulheres” por “gênero”, assim sendo levado de forma mais séria os trabalhos, pois “gênero” sugere uma conotação mais objetiva do que “mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nessa utilização, segundo a autora (1995, p. 75),

O termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posições sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válido, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem as nomear, e parece assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso de termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 80 (SCOTT, 1995, p.75).

Segundo Scott (1995, p. 75), além de ser um termo utilizado para substituir o termo mulheres, é automaticamente relacionado a estudos também de homens, uma vez que um estudo implica ao outro. Para a autora, o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, fato este que sustenta a ideia contrária de que são esferas separadas, pois estudar as mulheres de forma isolada, contribui para a esfera de que a experiência de um sexo tenha pouco de relação entre o outro sexo.

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Se uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Saffioti (2004), em sua obra *Gênero, Patriarcado, Violência*, a autora consiste em frisar a diferença fundada em argumentos de determinismo biológico feitas a partir de uma marca genital. A autora denomina o conceito de patriarcado como desgastado e reivindica a importância do “patriarcado” em detrimento de “gênero”. Para Saffioti (2004, p. 136), o gênero não está nem perto de ser um conceito neutro, onde carrega a ideologia patriarcal, cobrindo uma estrutura de poder desigual entre homens e mulheres.

Segundo Citeli (2001, p. 132) os estudos de gênero vêm tentando desnaturalizar hierarquias de poder baseando-se em distinção de sexo, estabelecendo diferenças entre natural/biológico em relação ao sexo e social/cultural em relação a gênero. Desde a década de 1970, pesquisas estudam as diferenças entre sexo e gênero. O sexo é considerado a natureza representando anatomicamente e fisiologicamente, enquanto o gênero representa as forças sociais e políticas que constroem o comportamento sobre o feminino e masculino. Com as

correntes pós-modernas essas definições de sexo/gênero foram se desmantelando. (CITELI, 2001, p. 133).

Para a autora Citeli (2001, p. 133),

A ideia inicial de que sexo se referia a anatomia e fisiologia dos corpos deixava o caminho aberto para interpretações de que as diferenças entre mulheres e homens no domínio cognitivo e comportamental, bem como as desigualdades sociais, poderiam decorrer de diferenças sexuais localizadas no cérebro, nos genes ou provocadas por hormônios, etc. Para fazer frente a esse problema, muitos estudiosos feministas foram assinalando que as afirmações das ciências biológicas sobre os corpos femininos e masculinos (tanto no passado quanto no presente) não podem ser tomadas como espelho da natureza porque as ciências, como qualquer outro empreendimento humano estão impregnados pelos valores de seu tempo (CITELI, 2001, p.133).

Porém, os autores Boff e Muraro (2010, p. 43), afirmam que o ser humano é dividido entre o macho e a fêmea, o primeiro sendo aquele que absorve as características agressivas, com dominação no trabalho e a transformação e o segundo significando cuidado, coexistência e comunhão com a realidade. Segundo os autores, dados da biogênese como os hormônios e a diferença sexual tem grande poder na organização de sexualidade humana.

Os autores afirmam que os hormônios, principalmente andrógenos pré-natais são responsáveis pela diferenciação homem e mulher do sistema nervoso central. As mulheres que passaram por androgenização fetal sofrem tentando se estabelecer em uma socialização feminina e mostram determinados comportamentos considerados masculinos, assim como os homens sofrem com insensibilidade congênita aos andrógenos, demonstram comportamentos feministas. (BOFF; MURARO, 2010, p. 46)

O androgênio faz com que o indivíduo se apresente de forma mais agressiva, da mesma forma que o estrogênio inibe esse comportamento. Desta forma, a elaboração sociocultural faz com que as atividades que são atribuídos maior perigo físico, à dominação e ao jogo de poder sobre os outros seja feito pelo homem. Já a mulher, emprega-se a atividades relacionadas a produção, conservação e desenvolvimento da vida (BOFF; MURARO 2010, p.46).

Porém, para Piscitelli (2009, p. 119), “quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado de diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outros, essas desigualdades também são naturalizadas.” Para a autora, o termo “gênero” remete um conceito utilizado por pensadoras feministas para desmontar o duplo procedimento de naturalização que levam a diferença entre homens e mulheres são consideradas inatas e biológicas. “Desta forma, as autoras feministas utilizam do termo “gênero” para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade” (PISCITELLI, 2009, p. 119).

1.1 A mulher na história

A classificação do gênero feminino tem origem junto com a criação do mundo, desde uma organização social animal, humana ou proto-humana. Segundo a autora Rose Marie Muraro (1993, p.13), acredita-se que não deve ter existido em algum momento da história uma organização matriarcal, ou seja, os animais seguem a sua linhagem feminina, onde os animais são governados pelas fêmeas (MURARO,1993, p. 13)

Recentemente, a natureza matricêntrica foi objeto de estudo de pesquisadores, gerações de cientistas acreditaram que o macho era quem dominava as sociedades animais. Mesmo que, claramente, essa ideia foi modificada, como os gregos acreditavam que o macho era o rei da colmeia, que o leão é o rei dos animais, e logo após foi desmentida pelo fato de quem é realmente dominadora é a leoa, por atacar outros animais para obter comida (MURARO, 1993, p. 14)

Os primeiros hominídeos foram semelhantes aos gorilas e chipanzés, pois eram fortes, porém não mais quadrúpedes e sim eretos. Diante das diferenças entre outros macacos, os quais eram mais rápidos e com maior agilidade, se viram obrigados a adquirir outras habilidades para sobreviver (MURARO, 1933, p. 22). Segundo Muraro (1993, p. 23),

Como os chipanzés, os hominídeos eram altruístas, e as mães passavam a maior parte de suas vidas alimentando, cuidando e educando seus filhos. O laço mãe/filhos devia ser ainda mais forte que entre os chipanzés ou gorilas, pois os bebês humanos costumam desenvolver mais do que os bebês macacos. Assim, para a sobrevivência da espécie, era importante que todas as fêmeas aprendessem a cuidar das crianças e os membros de ambos os sexos a partir os frutos da coleta ou da caça (MURARO, 1993, p. 23).

Desta forma, as mães tiveram grande importância no que diz respeito as primeiras sociedades humanas, como um “núcleo” onde deve ter sido a cuidadora de seus filhos, junto com outras mães e os machos que se aproximavam do grupo. Assim, “desde o início da espécie as mulheres eram trocas pelos homens entre si, na busca de mais alimento, mais território ou melhor segurança” (MURARO,1993, p. 23).

Desde o início da era *Homo Sapiens*, Muraro (1993, p. 29) acredita que não houvesse divisões entre gênero feminino e masculino na questão de trabalho, porém tinha a tendência a ser eventual. “Em algumas sociedades, as mulheres faziam cerâmica e os homens pescavam; em outras, passava-se o contrário. Em outras ainda, a demarcação das tarefas de cada sexo era bastante rígida” (MURARO, 1993, p. 29).

Na história da humanidade, houve alguns mitos que descreviam a mulher de forma mais sagrada do que os homens, e em outros momentos isso foi se desfazendo e o sexo masculino foi tomando o poder. Segundo Muraro (1993, apud CAMPBELL, 1970, p.35), os mitos primitivos são classificados em quatro etapas: a primeira foi o mundo criado por uma deusa independente, sem precisar de ninguém; na segunda, a deusa é vista como um cônjuge; na terceira, um deus do sexo masculino cria o mundo através do corpo de uma deusa, e por fim, uma quarta etapa onde um deus macho cria o mundo sozinho. Esses mitos foram importantes contribuintes para a formação da mulher como um ser que é dominado pelos homens, tornando-a fraca e frágil e com um caráter perverso (MURARO, 1993, p. 37).

Nas sociedades que hoje ainda vivem de forma arcaica, no que diz respeito ao papel da mulher e sua submissão, muitos estudiosos acreditam que a dominação do homem sobre a mulher se deve as culturas de caça. Todavia, a divisão entre os sexos continua igualitária, mesmo com a mudança da relação homem/mulher (MURARO, 1993, p. 41).

Existiram cinco vias de sobrevivência, onde é possível verificar as relações de gênero e suas contribuições no sistema de produção: Homens e Mulheres Coletam, Homens Caçam; Homens e Mulheres Coletam e Caçam Coletivamente; Homens Caçam e Mulheres Coletam; Homens Caçam e Mulheres Processam o Produto da Caça e Mulheres Coletam e Caçam, Homens Caçam e Pescam. Nas duas primeiras, ambos os sexos colaboram entre si ou conseguem sobreviver sem o outro, os casamentos são feitos por escolha de cada um. Na terceira, os homens caçam e as mulheres não, o homem que é considerado o melhor caçador acaba sendo o par mais desejado entre as mulheres. Neste momento, o casamento começa a ser realizado por interesse. Na quarta e quinta via, as mulheres dependem dos homens e passam a ser vistas como mercadorias e o casamento acaba sendo contra a sua vontade (MURARO, 1993, p. 41- 47).

Segundo Muraro (1993, p. 77), nas sociedades pastoris

as mulheres exibem um *status* melhor do que nas sociedades agrárias, em que elas não participam nos negócios do domínio público. No decorrer da história, encontram-se muitos exemplos de rainhas guerreiras neste tipo de sociedade. Entre os mongóis, onde as mulheres eram treinadas para certos aspectos especializados das guerras, a mulher do khan, a katun, possuía corte e corpo diplomático próprios e participava com o marido dos negócios de Estado. Mas, à medida que os países vão se sedentarizando, a mulher vai perdendo o seu status político e econômico e pouco a pouco vai sendo isolada no domínio do privado (MURARO, 1993, p. 77).

Entre os povos pastoris do norte da África e do sul da Europa, as mulheres são excluídas do domínio público e sofrem punições de morte para a perda da virgindade ou o adultério, pois

o seu código de honra é o seu comportamento. As mulheres eram vistas como propriedade sexuais dos maridos e em algumas sociedades são chamadas apenas como “a mulher do fulano” (MURARO, 1993, p. 77).

Durante a Renascença, a Reforma e o Capitalismo é que novas maneiras de relações econômicas, políticas, científicas, sociais, culturais e artísticas começaram a aparecer, o que aconteceu a partir do século XVI. A invenção da prensa de Gutemberg, as grandes navegações, a descoberta do sistema solar e máquina a vapor, que é quando não há mais linha de montagem de artesãos, e sim, de máquinas. No século XVII surge uma nova imagem para as mulheres das classes superiores (MURARO, 1993, p. 116-121).

De acordo com Muraro (1993, p. 121),

essa nova ideologia que formou a nova mulher da era industrial começou com a fabricação de várias características que a partir daí seriam as principais da nova feminilidade: o culto da domesticidade, a fabricação da infância, a criação do amor materno, o pedestal feminino e, finalmente, a inauguração do amor romântico (MURARO, 1993, p. 121).

A transformação da nova mulher da era industrial se deve a Fabricação da Infância, A Domesticidade, O Amor Materno, O Pedestal e O amor Romântico. Esses itens servem de base ao que são as mulheres e homens de hoje.

A Fabricação da Infância, durante a Idade Média, tanto menino como meninas eram tratados como adultos, trabalhando desde cedo, sem haver diferença entre a infância, adolescência e a vida adulta. Na Domesticidade, como o mercado era difícil para os homens, as mulheres foram incentivadas a se dedicar exclusivamente à família e ao lar, é neste momento que a mulher é destinada a ser dona-de-casa, mãe dedicada e sofredora e excluídas do domínio público. O Amor Materno aparece com o início do capitalismo com a fabricação da infância, a domesticidade, da infância e da nova feminilidade. O Pedestal foi denominado assim pois a mulher adquire pilares da sua nova feminilidade que são a pureza, a piedade religiosa e submissão. Como a mulher dedicava inteiramente à maternidade, casa e filhos, suas habilidades ficavam reprimidas. Seu corpo acaba sendo objeto de estudos de medicamentos, pois era considerada “locus” de doenças desconhecidas. Acreditava-se que a verdadeira mulher era fria, inorgástica e submissa. O Amor Romântico, assim chamado, é quando o foco principal do casamento não era mais por interesses e sim por atração entre a mulher/homem. A base do amor era o afeto e não mais a sexualidade (MURARO, 1993, p. 122-126).

1.2 A Mulher na Idade Média

Segundo o autor Georges Duby (1989, p. 15), as representações sobre a mulher e a sua inferioridade também são visíveis durante a Idade Média, um período da história em que o sexo masculino prevalecia sobre o feminino. É considerada uma idade dos homens. O macho era classificado como um sexo superior, os homens são ouvidos e em seus testamentos são citadas as mulheres e seus corpos, onde eram vistas com desprezo.

Durante a Idade Média, as mulheres questionaram sobre sua sexualidade e seus saberes e por consequência foram punidas severamente, enquanto as mais ricas vivam submissas e dedicadas ao amor cortês. Durante a Renascença não foi diferente, continuaram sendo elas, as mulheres pobres, a serem as mais questionadoras. Na Revolução Francesa, foram as mulheres quem tomaram as atitudes mais violentas.

Porém, de acordo com registros históricos a partir da Idade Média é que foi confirmada a destruição do mito do sexo frágil, quando a mulher era vista como algo que não tivesse capacidade de fazer determinados trabalhos, considerados mais duros e exaustivos. “Nos campos e nas minas, nas manufaturas e lojas, nos mercados e estradas, bem como nas oficinas e em casa, as mulheres viviam ocupadas ajudando seus homens, substituindo-os em caso de ausência ou morte, ou contribuindo com sua labuta para a renda familiar” (MILES, 1989, p. 177).

Todas as mudanças que ocorreram a partir da Renascença, pouco cabia às mulheres pobres, pois eram consideradas inferiores. O sexo feminino era considerado invisível, mesmo sendo responsável pela sociedade, principalmente as mulheres pobres que tinham e têm até os dias atuais dupla jornada de trabalho, que nunca foi considerado produtivo, apenas o trabalho dos homens (MURARO, 1993, p. 127).

Após o fim da monarquia, as mulheres apresentaram junto à Declaração dos Direitos do Homem, a Declaração dos Direitos da Mulher à Assembleia do Povo. A autora da declaração, Olympia de Gouges foi decapitada pouco tempo depois por suas declarações serem consideradas “tendências moderadas”, pois os deputados do povo responderam: “A Revolução Francesa é uma revolução dos homens. Não podemos conceder os Direitos da Mulher porque hoje foi o dia em que nasceram os direitos do homem” (MURARO, 1993, p. 128).

As mulheres reivindicavam seu retorno ao domínio público.

A fabricação da nova feminilidade trazia dentro de si um paradoxo muito interessante que poderia vir a ser o embrião de sua própria superação. Esta feminilidade que tornara as mulheres radicalmente honestas e voltadas para o bem dos outros ao mesmo

tempo queria dizer que mundo público era também basicamente desonesto, egoísta e portanto radicalmente imoral. E por isso só seria redimido se as mulheres entrassem para ele com sua honestidade e engajamento pelo bem de todos. Para elas, só a presença da mulher poderia moralizar novamente o jogo duro e selvagem da civilização industrial. Elas desejavam pois para si a pela cidadania através do voto, mais educação e mais direitos legais (MURARO, 1993, p.132).

A imagem da mulher, desde o início, é relacionada em um conflito de sua existência de um ser autônomo. “Ensinar-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à autonomia (BEAUVIOR, 1967, p. 22). Segundo Beauvoir (1967, p.22), a mulher era tratada como uma boneca viva, a qual não tem direito à liberdade, sendo assim, tornava um ciclo vicioso, pois quanto menos tiver acesso a compreender e descobrir o mundo em que vive, menos encontrará recursos e será considerada sujeito igual ao homem, e assim, podendo manifestar-se a vontade de explorar sua capacidade e curiosidade diante a sociedade.

Então, como será visto no próximo capítulo, surge a primeira onda do movimento feminista, e aos poucos a questão feminina vai tomando espaço com mais profundidade e com mais obstáculos que a classe operária e trabalhadora já vinha enfrentando. As mulheres, a partir desse momento, começam a lutar incansavelmente por seus direitos sociais, civis e a autonomia com o próprio corpo.

2 MOVIMENTO FEMINISTA

Nesta segunda parte do trabalho, será mostrado o que foi o movimento feminista, o qual foi dividido em três ondas. A primeira, chamada primeira onda, ocorreu no período da Revolução Francesa até o final da Primeira Guerra Mundial. A segunda onda ressurgiu nos anos 1960, e por fim a terceira onda que emergiu na década de 1990.

Durante o século XIX, houve muitas lutas da classe operária, lutando por melhores condições de trabalho e por direito de cidadania. Porém, nesta luta por direitos da democracia, o sufrágio feminino não foi incluído. Insatisfeitas diante dessa exclusão social, milhares de mulheres de diversos países do mundo, de todas as classes se uniram em torno de uma luta por direitos que viriam a ser conquistados após um longo período. As principais pautas abordadas pelas mulheres e direitos que lutavam a conquistar estavam a luta por direitos civis e políticos e, sobretudo, a questão da igualdade sexual (PINTO, 2003).

O movimento feminista é um movimento social que abrangeu o mundo todo originando-se em 1848 em Nova York. É chamado também de feminismo e originou-se através da luta das mulheres por um tratamento na sociedade igual ao dos homens. Foi um dos maiores movimentos sociais de caráter transformador, onde as mulheres, desde os primórdios da história, foram inferiorizadas pela sociedade por serem consideradas do “sexo frágil” (PINTO, 2003).

Com o passar dos anos, essas mulheres lutam para serem consideradas seres autônomos, capazes de tomar suas próprias decisões quanto sociais quanto ao que diz respeito ao seu corpo e comportamento, e além disso, unem-se na defesa de um desejo comum: garantir a igualdade entre os gêneros e, principalmente ter o poder de decisão e participação na política (PINTO, 2003).

O pensamento feminista surgiu no Brasil no século XIX com o direito à educação e participação política como seus principais objetivos, lutando, principalmente, através de produção de jornais dirigidos e escritos por mulheres. No século XX, a luta pelo direito de participação das mulheres pelo voto concentrou todas as atenções no movimento feminista no Brasil e no mundo, criando associações, partido comandados por mulheres, federações e manifestações nas ruas. Com a conquista do voto das mulheres em 1932, houve um período de regimes autoritários e alvoroço político no país, o motivo pelo qual resultou em uma queda no ritmo do processo de organização autônoma das mulheres (PINTO, 2003).

O movimento feminista trouxe uma nova versão das mulheres nos anos 70 enquanto lutavam pela defesa de seus direitos e necessidades devido as desigualdades comparadas ao

sexo masculino e articulando protestos contra a discriminação de sexo (SOARES, 1994, p. 13-14).

O movimento organizou-se através de mulheres burguesas e de classe média chamadas sufragistas. Além do direito ao voto, elas lutaram pelo direito ao acesso à educação e a exercer determinadas profissões. Porém, houve resistência por parte de homens militantes, pois argumentavam que as mulheres deveriam estar em suas casas e com suas famílias e que, decorrente disso, eram ladras de empregos (FARIA, 2008, p. 9).

As feministas traduzem a rebeldia das mulheres pela subordinação e exclusão do poder, onde buscavam construir uma maneira de reverter esta marginalidade (SOARES, 1994, p. 13-14). Segundo a autora, as feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí articulam-se com as outras vertentes do movimento das mulheres (SOARES, 1994, p. 13-14).

O feminismo originou-se na tensão da identidade sexual evidenciada na anatomia compartilhada da mulher porém recortada pela diversidade das mulheres socialmente e culturalmente que a mulher torna-se mulher, da mesma forma que Simone de Beauvoir disse em “O segundo sexo” de 1949, reforçando a base do feminismo: a desnaturalização da mulher (SARTI, 2004, p.35).

É a partir dos séculos XVIII e XIX, em países como os Estados Unidos e na Europa, que surgiram as primeiras lutas femininas, enfrentando questões em torno do papel da mulher na sociedade, manifestando críticas ao casamento e apoiando o amor livre e direito ao voto, assim como a posição da mulher no mercado de trabalho após a II Revolução Industrial, alterando a divisão sexual do trabalho e passam a integrar cada vez mais a esfera de produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

2.1 O Feminismo na Ditadura Militar

Os anos de chumbo que antecederam o surgimento do feminismo no Brasil foram marcados pela repressão política aos dirigentes e líderes que operavam em locais legalmente constituídos. Ou seja, políticos, sindicalistas, militares, professores foram cassados e presos, sofrendo torturas e processos, assim como muitas mulheres militantes e vítimas da repressão militar, qualificando o início do feminismo sob a ditadura (D'ARAÚJO et al. 1994, p. 12).

Mesmo que muitos tenham sido os fatores que vieram a contribuir para o surgimento do feminismo brasileiro na década de 70 - como o impacto do feminismo em todo o mundo após as mudanças na situação da mulher a partir da década de 1960, onde houve os questionamentos

em relação a tradicional hierarquia de gênero - o feminismo no Brasil surgiu junto como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, logo após a derrota da luta armada no que diz respeito à elaboração política e pessoal desta derrota (SARTI, 2004, p. 03).

O feminismo militante no Brasil surgiu a partir da resistência das mulheres à ditadura militar, oportunizando a maior visibilidade à questão da mulher. Naquele momento, a mulher era vista como uma questão “conflituosa”, pois questionava as relações do poder entre homem e mulher no âmbito da sociedade, discutindo as questões de gênero e estrutura de classes. A presença das mulheres na luta armada nos anos 1960 e 1970 não apenas representava suas indignações a ordem política vigente, mas também uma “profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres” (D’ARAÚJO, 1998, p. 12).

O movimento feminista nos anos 70 criou uma nova versão da mulher brasileira, que luta pelos seus direitos e manifesta as denúncias pela desigualdade. Segundo Alvarez (1990, apud SOARES, 1994, p. 36), “as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres, geralmente marginais na política”.

As mudanças das mulheres na sociedade foram alinhando-se como consequência da experiência da resistência das mulheres na ditadura, embora o processo tenha sido considerado lento e gradual. As principais mudanças ocorreram na expansão do mercado de trabalho e também no espaço da educação. Esse processo acompanhou a efervescência cultural de 1968, adquirindo novos comportamentos tanto afetivos como sexuais, como o acesso a anticoncepcionais, impactou o mundo privado. Essas novas experiências entraram em um conflito com valores tradicionais, principalmente nas relações familiares por seu caráter autoritário e patriarcal. Diante dessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher foi declarado oficialmente pela ONU em 1975, o que propiciou o cenário para o movimento feminista no Brasil iniciar, mesmo marcado fortemente pela a luta política contra o regime militar (SARTI, 2004, p. 04-05).

Segundo Vera Soares (1994, p. 37), o ano de 1975 foi marcado pelo momento em que grupos feministas voltaram a aparecer nos principais centros urbanos. Neste momento, quando as vozes feministas eram ignoradas pelos militares brasileiros, o surgimento da “Década da Mulher pelas Nações Unidas” defendeu a legitimar a igualdade entre homens e mulheres. De acordo com a autora, as mulheres souberam aproveitar neste instante a organização de encontros, conferências, seminários, principalmente em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e, logo após, comemorações ao Dia Internacional da Mulher, declarado a ser comemorativo em 08 de março, começaram a acontecer em vários estados e muitas

organizações feministas surgiram então, assim como, muitos jornais feministas. As comemorações ao Dia Internacional da Mulher foram importantes para a organização de fóruns de mulheres, organizando protestos públicos defendendo a igualdade dos sexos (SOARES, 1994, p. 37).

Segundo Soares (1994, p. 38), o feminismo trouxe novas pautas para o movimento das mulheres, que surgiram após serem incorporados pelos partidos políticos como o direito de ter filhos ou não, a punição em assassinatos de mulheres, aborto, violência doméstica e sexualidade.

2.2 Ondas do Feminismo

O movimento foi dividido em três momentos, denominadas ondas. Segundo Silva (1962), a primeira onda ocorreu entre os séculos 18 e 19. A primeira fase do feminismo surgiu com a Revolução Francesa, onde as mulheres lutavam pelos seus direitos políticos, o que até então era praticado apenas pelos homens, buscando conquistar a ampliação de suas participações na cidadania. O pensamento feminista nesta primeira fase era a do questionamento a partir das contradições da modernidade que determinaram o universalismo da diferença sexual, a qual era justificada pela ideologia que a diferença entre homens e mulheres quando se diz respeito aos direitos políticos e individuais, era uma ocorrência da natureza (SILVA, 1982).

Segundo as autoras Narvaz e Koller (2006, p. 649),

O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase do surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX, a batalha pelos direitos das mulheres originou em organizações de expressão em diversos países e se diversificou de acordo com pensamentos e ideias feministas de cada contexto. Entre as reivindicações do feminismo na primeira onda estavam além dos direitos políticos às mulheres, desenhadas pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, questões sociais ligadas à família, ou seja, à proteção à maternidade e também ao direito ao trabalho, distribuído igualmente aos homens. Essas reivindicações levaram esse primeiro momento do movimento a chamar-se Feminismo Liberal (SILVA, 1982).

No século XIX, as mulheres começaram a dirigir os seus primeiros jornais e periódicos com o intuito de divulgar a luta da emancipação da mulher nas diferentes esferas sociais e construção da identidade feminina. Porém, nesta primeira onda foi acometida por uma ruptura que desmobilizou o movimento feminista em diversos países. A divisão entre defensores e pacifistas da Primeira Guerra Mundial, junto com a crise econômica que perdurou até a década de 30 e o direito ao voto às mulheres fizeram com que o Feminismo Liberal fosse desarticulado (SILVA, 1982).

Esta ruptura não ocorreu em todos os países do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, nas décadas de 60 e 70, as manifestantes criaram uma nova organização das lutas: o Feminismo Radical. Foi então que surgiu a Segunda Onda do Feminismo, onde a reflexão e investigação acadêmicas sobre a desigualdade sexual, assim como todas as formas de opressão feminina, principalmente situadas no sistema patriarcal (SILVA, 1982).

A segunda onda foi marcada pela acentuação quanto à sexualidade das mulheres e sua opressão no espaço doméstico. “É também a partir daí que internacionalmente se multiplicará o número de tendências no conjunto do feminismo, no tocante às bandeiras prioritárias e às formas de luta” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A ênfase do movimento feminista nesta Segunda Onda era voltada à família, a sexualidade, os direitos sobre o corpo e a violência sexual. O Feminismo Radical destaca-se na corrente feminista que estrutura-se na afirmação de que a raiz da desigualdade social existe através do patriarcado, ou seja, a dominação do homem sobre a mulher. O patriarcado teoriza-se na ideia de que os homens são os responsáveis pela opressão feminina e que necessita de diferenciação quanto ao sexo feminino para se manter no poder, com a justificativa de que homens e mulheres seriam, em essência, diferentes (SILVA, 1982).

Outro fator que faz com que as mulheres levantem a voz neste momento, é o respeito pelas diferenças de orientação sexual. As mulheres lutam contra os enormes preconceitos e violência sofrida na sociedade brasileira, e assim organizam grupos de auto-estima, de denúncias e de ação política. Assim como algumas questões que também repercutiram durante o movimento como a denúncia da violência doméstica, como a luta pelo direito à saúde, discriminação do aborto e direitos reprodutivos também foram as principais bandeiras da segunda onda. A luta contra a violência doméstica explodiu diante das notícias de vários assassinatos de mulheres por seus maridos. A partir desse momento, as notícias sobre violência de mulheres por seus companheiros ganham as primeiras páginas de jornais com a denúncia do movimento feminista (MELO; SCHUMACHER, p. 5-6).

Segundo Narvaz e Koller (2006, p. 649), esta segunda fase do feminismo ou segunda geração ou ainda segunda onda, ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, especialmente nos Estados Unidos e na França. As mulheres americanas davam ênfase a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas lutavam pela necessidade de serem valorizadas as diferenças entre os sexos feminino e masculino. Uma vez que era preciso dar visibilidade à especificidade negligenciada da experiência das mulheres. Essas propostas femininas caracterizaram posições enfatizando a igualdade, conhecidas por “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as diferenças são conhecidas por “o feminismo da diferença”

Segundo Silva (1982, p. 4), para vencer a opressão feminista, era preciso não apenas concentrar seus esforços para buscar justificativas que explique as diferenças entre os sexos para a subordinação da mulher no sistema patriarcal, mas também que as mulheres deveriam se unir para lutar contra os homens e rejeitar o Estado e todas as instituições formais comandadas por homens, ou seja, de caráter patriarcal.

A partir desse momento, assuntos como reivindicações configuradas pelas políticas práticas, defesa da legalização do divórcio e a aceitação de filhos “ilegítimos”, da aceitação de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras, controle sobre seu próprio corpo – sendo no momento questionado a reprodução e discriminação do aborto-, defesa da criminalização da violência contra as mulheres e luta pela implantação de casas que acolhessem as mulheres em situação de risco, tiveram como prioridade nas pautas ativas das manifestantes (SILVA, 1982, p. 4-5).

Nos anos 80 com a crítica pós modernista da ciência ocidental produzindo o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, as feministas francesas passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e singularidade das experiências, reconhecendo suas subjetividades construídas pelos discursos, os quais são sempre dialógico e intersubjetivo, surge a terceira fase do feminismo, cuja proposta é a análise das diferenças, da diversidade, da alteridade e a produção discursiva da subjetividade. A partir disso, surge o campo de estudo sobre as mulheres, sobre os sexos e o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Nesta terceira fase do movimento feminista, é possível observar a intersecção entre o movimento da luta das mulheres e a acadêmica. Momento este que começam a ser criados nas universidades centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Essa fase é denominada também o momento em que a mulher enxerga seu corpo de maneira diferente, após acreditar que era apenas para satisfazer o prazer de seu parceiro. É quando as mulheres lutam para ter autonomia e liberdade com seu corpo, inclusive a respeito de métodos contraceptivos e abortivos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

A partir de 1990, o movimento redefiniu algumas estratégias da fase anterior, reparando falhas deixadas nas “ondas” anteriores. Nesse momento, começa-se a pensar em questões às diferentes mulheres, não somente às brancas e de classe média. São considerados aspectos como cultura social e, principalmente, étnicos. Além disso, o movimento apresenta-se com a denominação “Feminismo da Diferença”, argumentando a existência de diferenças relevantes entre os sexos (MARQUES, 2014).

As feministas da terceira onda, segundo Negreiros (2008, p. 9),

buscavam uma diferença dentro da diferença. O foco na “diferença de gênero” cede espaço para as “diferenças entre as mulheres”. Não havia a “mulher”, mas sim as mais diversas “mulheres”, e aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Mulheres lésbicas, negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras e orientais também deveriam ser representadas pelo discurso feminista. Essas vozes criticavam o desenvolvimento do pensamento feminista até o momento, ao afirmar que o feminismo atual não é para todas as mulheres, mas sim para um padrão de mulher, identificando as várias falhas cometidas pelas “igualitaristas” e “diferencialistas” em seu debate (NEGREIROS, 2008, p. 09).

Na década de 1990, o feminismo multiplicou-se e, conseqüentemente, o discurso feminista se ampliou. As barreiras entre o movimento de mulheres e o feminista foram ofuscadas. O número de mulheres de diferentes classes sociais, raciais, mulheres trabalhadoras, lésbicas, sindicalistas e de outros setores do movimento de mulheres cresceu significativamente e assim, incorporaram elementos centrais do ideário e imaginário feminista de acordo com suas ideologias e identidades. Neste momento, as mulheres do movimento feminista pertencem a grupos muito diversificados, sejam de classe sociais, raças, etnias diferentes (SOARES, 1994, p. 46).

Nessa mesma década, as feministas tomaram seus lugares na política internacional, a partir do ciclo de Conferências Mundiais das Nações Unidas, que surgiu no Rio de Janeiro em 1992 com a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (SOARES, 1994, p. 46).

Segundo Sores (1994, p. 47), foi na década de 1990, que foram caracterizadas as novas temáticas de ações afirmativas, a distribuição de cotas mínimas para as mulheres dirigirem sindicatos, assim como partidos políticos, e mais recentemente, nas listas de candidaturas nos cargos legislativos e medidas contra a ausência do sexo feminino nesses ambientes.

A força das mulheres vem ficando maior a cada ano, e os direitos são conquistados dia a dia. O movimento trouxe mais independência e foi revolucionário para promover as mudanças da mulher na sociedade pela luta de igualdade de direitos.

No próximo capítulo da pesquisa será estudada a história da origem da revista, assim como os conceitos acerca do jornalismo de revista e os gêneros jornalísticos informativo e opinativo.

3 JORNALISMO DE REVISTA E GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Neste capítulo, serão estudados os conceitos de jornalismo de revista de acordo com a perspectivas de autores como Patrícia Ceolin Nascimento(2002), Muniz Sodré (1988), Marília Scalzo (2003) e Dulcília Schroeder Buitoni (1990). Logo após, serão conceituados os gêneros jornalísticos segundo os autores José Marques de Melo (1943), Fraser Bond (1962), Jacques Kayser (1974), Joseph Folliet (1961), Luiz Beltrão (1980), Jorge Pedro Sousa (2001) e Carlos Alberto Rabaça e Gistavo Barbosa (1978)

3.1 A história da revista no Brasil

As primeiras publicações de revista no Brasil são do século XIX, porém, ainda definidas como “folhetos” ou chamados também como “ensaios”. A primeira revista conhecida no país foi a chamada *As Variedades ou Ensaio de Literatura*, no ano de 1812. A revista teve duas edições, e não tinha a notícia como seu objetivo central (NASCIMENTO, 2002 p. 19). Segundo Muniz Sodré, (1988 p. 30), nas revistas eram publicados assuntos como história antiga e moderna, viagens, trechos de obras de autores clássicos, onde as características de jornal eram vagas.

Para Patrícia Nascimento (2002, p. 16-17), somente no início do século XX que o termo revista começa a ser utilizado e adquirir espaço diferente dos jornais e passam por mudanças em relação ao estilo de matérias publicados, deixando de ser essencialmente materiais literários. Porém, o auge do jornalismo em formato de revista aconteceria apenas em 1928 com a criação de *O Cruzeiro*, com autoria de Carlos Malheiros Dias, o qual juntou-se à Assis Chateaubriand com *A Cigarra*, fazendo parte do grupo os Diários Associados.

Quanto ao gênero de reportagem, surge em 1938, por Samuel Weiner, a revista *Diretrizes*, com sua peculiaridade em textos jornalísticos focados em investigação e crítica, o que fez com que a censura vigente durante o Estado Novo limitasse as matérias publicados na revista, fazendo com que *Diretrizes* circulasse até 1944 (NASCIMENTO, 2002, p. 17).

De 1952 a 1966, duas revistas importantes para o Brasil surgiram. Em 1952, Adolpho Bloch lança a *Manchete*, oferecendo uma revista mais moderna e com espaço especial destinado às fotos, e também por divulgar matérias históricas, como a inauguração de Brasília em 1960. Em 1966, surge a *Realidade* pela editora Abril, chegando a atingir meio milhão de exemplares circulando até 1975. Realidade foi um marco para a imprensa brasileira por suas características

de investigar os fatos e ser reconhecida como exemplo de qualidade jornalística (NASCIMENTO, 2002, p.17).

Quase no início da década de 1970, datada em 1968, surge, então, a revista *Veja*, a qual também faz parte do grupo da Editora Abril, conquistando sua popularidade no mercado editorial, mesmo sofrendo por limitações pela censura vigente. Atualmente, é a revista com maior tiragem no Brasil, ultrapassando 1 milhão de exemplares (NASCIMENTO, 2002, p.17).

3.2 Jornalismo de Revista

A revista define-se como um meio de comunicação do jornalismo onde suas publicações diferenciam-se do jornal impresso, que, de acordo com Nascimento (2002, p. 18),

Define-se revista como uma publicação de formato e temática variados que se difere do jornal pelo tratamento visual (melhor qualidade de papel e de impressão, além de maior liberdade na diagramação de papel e de impressão, além de maior liberdade na diagramação e utilização de cores) e pelo tratamento textual (sem o imediatismo imposto aos jornais diários, as revistas lidariam com os fatos já publicados pelos jornais diários ou já veiculados pela televisão de maneira mais analítica, fornecendo um maior número de informações sobre determinado assunto (NASCIMENTO, 2002, p. 18).

Segundo Scalzo (2003, p. 14), nos últimos anos, os jornais estão tentando cada vez mais se tornarem parecidos com as revistas, pelo seu formato de linguagens, fotografias, estilo ou na divisão de cadernos. Porém, essa tentativa não foi bem sucedida, tendo em vista que a revista tem seu próprio público e formato. Segundo Scalzo (2003, p. 14), a revista conhece o seu próprio leitor e tem uma relação direta com ele, diferentemente do jornal, onde isso não é possível.

De acordo com Buitoni (1990, p. 17), o jornal se diferencia da revista por diversos aspectos, principalmente pelo fato da revista se tratar de um meio de comunicação com mais fotos, capa dura e papel melhor. Mas também, a ideia de que o conteúdo é tratado de forma diferente. “Considerava-se revista uma revista que, mesmo tendo aparência de jornal, apresentasse maior variedade de conteúdo, principalmente ficção, poesia, relatos de viagens e outras matérias de entretenimento (BUITONI, 1990, p. 17).

Para Scalzo (2003, p. 14), o jornalismo de revista, pelo fato de uma revista não exigir reportagens a curto prazo, ela pode ser elaborada com mais produção. Assim sendo, ela informa a mesma notícia de outras mídias, porém, de forma mais detalhada e mais elaborada, checada e analisadas as informações, bem como aprofundar o tema e explorar diferentes ângulos

ajustando o foco ao leitor. “Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas (SCALZO, 2003, p. 16).

A revista utiliza como característica a segmentação, ou seja, ela busca a proximidade com o leitor de um determinado grupo, que são tratados de forma diferente, que segundo Nascimento (2002, p. 18), recebem títulos específicos.

Para Sodré (1988), em sua obra *A Comunicação do Grotesco – a introdução à cultura de massa brasileira*, garante que na década de 1970, havia quatro grupos ou segmentações de revista no Brasil: informação geral e entretenimento, informação e análise de notícias, revistas femininas ou dedicadas a problemas da família e revistas de conhecimentos gerais. Todos esses grupos remetem a ideia de notícia, que segundo Sodré (1988), a produção editorial das revistas estaria relacionada a três elementos: sucesso, relaxamento e a sensação.

Para Nascimento (2002, p. 19), os grupos tendem a ser cada vez mais segmentados e direcionados a cada perfil e interesse dos leitores. Segundo a autora, somente no Brasil, existem pelo menos 20 gêneros na classificação, os quais se dividem em: interesse geral/informação/atualidades, interesse geral/ciência/leitura, interesse geral/negócios, interesse geral/turismo, feminina/comportamento, beleza/feminina/jovens, modas/trabalhos manuais/feminina/puericultura, feminina/culinária, decoração, astrologia, cinema/música/TV, entre outros.

3.3 Os Gêneros Jornalísticos

Os estudos acerca do jornalismo iniciaram-se na Alemanha no ano de 1806, quando a Universidade de Breslau disponibilizou o primeiro curso de ciência da imprensa. Porém, os estudos relacionados a esse novo campo de pesquisa só se concretizariam anos depois (MELO, 1943, p. 7).

Segundo Marques de Melo (1943, p. 7), as pesquisas sobre o jornalismo ainda não são suficientes para adquirir com precisão um conceito sobre a comunicação que chama de coletiva, onde o autor afirma que há diferentes significados na área da comunicação e informação, onde a comunicação baseia-se na ideia de um fenômeno bidirecional, basicamente dialógico e no caso da informação, trata-se de um fenômeno caracterizado por ser unilateral, indireto e público.

Para o autor, embora a bibliografia brasileira e latino-americana confunda o jornalismo com o conceito de jornal, a essência do jornalismo está na troca de informações da atualidade que não somente são encontradas no jornal, mas sim em outros meios de comunicação como a revista, rádio e a televisão, mas que também não contemplam apenas matérias jornalísticas,

encontrando também jornais que contenham somente anúncios e nenhuma informação vinculada à atualidade (MARQUES DE MELO, 1943, p.10-12). “Logo, o jornalismo se articula necessariamente com os veículos que tornam públicas suas mensagens, sem que isso signifique dizer que todas as mensagens ali contidas são de natureza jornalística” (MARQUES DE MELO, 1943, p.12).

Ou seja, a partir desse pensamento de Marques de Melo, existem quatro elementos que caracterizam o que são matérias que contenham a sua total essência jornalística que são os seguintes parâmetros: a periodicidade, universalidade, atualidade e difusão (MARQUES DE MELO, 1943, p.14). Desta forma, é possível perceber que

o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre as organizações formais (editorias/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (MARQUES DE MELO, 1943, p. 14)

Assim, como cada processo jornalístico tem suas próprias características e peculiaridades, nasce também duas categorias jornalísticas denominadas como jornalismo informativo e jornalismo opinativo. Para Fraser Bond (1962, p. 19-21), o jornalismo tem quatro objetivos essenciais, que são: informar, interpretar, orientar e entreter. Segundo Marques de Melo (1943, p. 27), o jornalismo informativo assegura ao leitor à informação e o jornalismo opinativo procura influenciar o público. Porém, Fraser Bond (1962, p. 19-21), apresenta duas novas categorias: a do jornalismo interpretativo, onde explica as notícias e o jornalismo de entretenimento, que apenas comenta os assuntos considerados “pitorescos” do dia-a-dia.

Para Marques de Melo (1943, p. 38), quando o jornalismo é classificado em gênero e categoria é feito assim através da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos das versões, ou seja, “delimitar os textos que continham opiniões explícitas”. É desta forma que o jornalista encontra de se expressar, através do estilo da linguagem (MARQUES DE MELO, 1943, p. 38-29).

Se os gêneros são determinados pelo “estilo” e se este depende da relação dialógica que o jornalista deve manter com seu público com apreendendo seus modos de expressão (linguagem) e suas expectativas (temáticas), é evidente que a sua classificação restringe-se a universos culturais delimitados (MARQUES DE MELO, 1943, p. 40).

Há diversas classificações de muitos autores no que diz respeito aos gêneros jornalísticos, as classificações europeias e norte-americanas são a partir da perspectiva de autores como Joseph Folliet, Jacques Kayser e Fraser Bond.

Folliet (1961, p.97-127), em sua obra *Tu seras journaliste*, determina a seguinte classificação de gêneros: Editorial, artigos de fundo, crônica geral (resenha dos acontecimentos), despachos (reportagens e entrevistas), cobertura setorial, fait-divers, crônica especializada (crítica), folhetim (ação), fotos e legendas, caricaturas, comics.

Para Kayser (1966, p.127-134), sua classificação dos gêneros jornalísticos é feita de forma mais compacta, que classifica em: Informações; artigos; combinações “informação-artigo”; sumários de imprensa e de emissões radiofônicas; folhetins, contos e novelas, quadrinhos e fotonovelas; carta aos leitores; secções de serviço.

Bond (1962, apud MELO, 1943, p. 42) classifica os gêneros em duas partes, a primeira é dividida em categorias que são noticiosas e a segunda que segue a ideia editorial. A classificação divide-se em: Noticiário: notícia, reportagem, entrevista e história de interesse humano. Página editorial: editorial, caricatura, coluna e crítica.

Quanto às classificações brasileiras dos gêneros, Luiz Beltrão é considerado o único pesquisador interessado em sistematizar os gêneros jornalísticos. Beltrão (1980, apud MELO, 1943, p. 59) apresenta três categorias divididas em Jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo. Jornalismo Informativo: notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem. Jornalismo Interpretativo: reportagem em profundidade. Jornalismo opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Segundo a opinião do autor Marques de Melo (1943, p. 59), a divisão das categorias de Luiz Beltrão é assim feita a partir dos objetivos que cada categoria tem de passar ao leitor: informar, explicar e orientar. Marques de Melo também tem suas próprias classificações, as quais utilizaremos como referência para a presente pesquisa, são divididas em: Jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista. E o Jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica e carta.

Porém, segundo Marques de Melo (2010, apud ASSIS, 2012, p. 9) uma nova classificação foi proposta, logo após uma base em revisão na literatura e análise em jornais e revistas que circularam no ano de 1997, a fim de buscar mudanças que ocorreram no jornalismo brasileiro, reconheceu que outras categorias também passaram a ser classificadas na imprensa e sendo mais bem estudadas. Segundo Assis (2012, p. 9),

o primeiro registro dessa outra proposta classificatória encontra-se documentos nos anais do 21º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em setembro de 1998, na cidade de Recife (ASSIS, 2012, p. 9).

Essas novas categorias produzem cinco gêneros, os quais são divididos em formatos: Gênero informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista), gênero interpretativo (análise, perfil, enquete, cronologia), gênero opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta), gênero diversional (história de interesse humano, história colorida), gênero utilitário (indicador, conotação, roteiro, chamada, obituário. Os critérios de intencionalidade e aspecto cultural continuam a ser os mesmos, desta forma, há uma separação entre o gênero (classe) e o formato (forma) (ASSIS, 2012, p.10).

É preciso compreender os conceitos de cada gênero classificado por Marques de Melo (1943) dos gêneros propostos para a pesquisa. Para o autor (1943, p. 65-66), os gêneros informativos que são nota, notícia, reportagem e entrevista são caracterizados por: a *nota*, a *notícia* e a *reportagem* se diferenciam basicamente na forma como os fatos vão acontecendo, ou seja, a progressão dos acontecimentos. A *nota* é divulgada quando não há muitas informações sobre o fato ou está em processo de desenvolvimento e por esse motivo, é frequentemente encontrada em rádio e na televisão, a *notícia* é o relato integral de algo que já aconteceu na sociedade, a *reportagem* significa um relato de forma mais ampliada, rica em detalhes e a *entrevista*, que se classifica assim por se tratar de um relato o qual é privilegiado a algum ou alguns protagonistas do acontecimento de ter um contato direto com a sociedade.

No caso dos gêneros opinativos, que são o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta se assemelham na forma como são estruturadas na forma da narrativa e valores contidos nos acontecimentos, porém se diferenciam na forma da autoria e da angulação (MELO, 1943, p. 65). O *comentário*, o *artigo* e a *resenha* apresentam em suas publicações autoria explícita, já o *editorial* tem em sua particularidade a ausência de uma assinatura, pois as opiniões publicadas são de autoria da instituição jornalística. Quanto à *coluna*, *crônica*, *caricatura* e *carta* há semelhança na identificação da autoria, porém com angulações diferentes (MARQUES DE MELO, 1943, p. 66).

Para o autor Jorge Pedro Sousa (2001, p. 231-232) A *notícia*, é um pequeno enunciado reportativo, que discursa sobre um acontecimento que seja atual ou que se tenha conhecimento quando publicada. Tem como característica a novidade e deve ser de interesse geral. Para o autor, é o gênero básico do jornalismo e permite elementos de outros gêneros, como a entrevista, utilizando as citações.

A *entrevista* é um gênero ou um formato jornalístico onde há perguntas e respostas, o que segundo o autor Jorge Sousa (2001, p. 235) não pode ser desassociado com a atividade jornalística, uma vez que o jornalista sempre contata as fontes por meio das entrevistas, recolhendo informações para posteriormente divulgá-las. Segundo o autor (2001, p. 235),

Nas entrevistas em “pergunta - resposta”, a pergunta figura sempre no enunciado, antecedendo a resposta. A entrevista desenvolve-se através de uma sequência de perguntas e respostas, segmentadas, se necessário, em blocos temáticos. Nas entrevistas em “discurso indirecto”, aquilo que um entrevistado diz é inserido num texto mais amplo e contextual, onde podem ou não figurar as perguntas feitas pelo entrevistador (SOUSA, 2001, p. 235).

Já a *reportagem*, segundo a perspectiva de Sousa (2001, p. 259), se diferencia pelo seu principal objetivo de informar com profundidade e exaustividade ao contar o fato. A reportagem busca elementos que vão além da superficialidade do acontecimento, pois analisa dados quantitativos e até inquéritos, tudo que possa contribuir para uma matéria mais profunda e apurada.

Quanto aos gêneros opinativos, Sousa (2001, p. 298) afirma que os *artigos* são de natureza interpretativa, explicativa e/ou persuasiva, são publicadas de forma subjetivas e pessoais, onde o autor do artigo compartilha através dele a sua visão do mundo com o leitor. O tema do artigo deve ser escolhido através de assuntos da atualidade e o articulista dominar o assunto, tendo certa experiência e familiaridade com o que vai apresentar ao leitor.

Para Marques de Melo (1943, p. 122), os autores do artigo podem ser um jornalista, quanto um colaborador convidado a escrever sobre determinado assunto que é de sua competência, podendo ser um escritor, professor, pesquisador, político ou um profissional liberal.

Os editoriais, segundo Marques de Melo (1943, p. 95-96), fazem parte do gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante de fatos atuais e de grande repercussão na sociedade. O editorial pretende atingir a opinião pública, desta forma, se dirige à coletividade.

Por ter um espaço considerado nobre no jornal/revista, recebe um posicionamento especial, como na primeira página ou nas páginas editoriais, que de acordo com Jorge Sousa (2001, p. 282), são assim designadas por publicarem suas opiniões sobre os temas fortes da atualidade. Para o autor, (2001, p.285), “um editorial exige sempre uma conclusão, a expressão firme, clara e arguta de um ponto de vista. Exige uma tomada de partido. Deve ser escrito sem ambiguidades e com coragem. Não serve para agradar a todos.”

O *comentário*, segundo Marques de Melo (1943, p. 105), é geralmente feita por um jornalista que tem grande experiência e bagagem cultural, o qual informa rapidamente e resumidamente os fatos que estão acontecendo emitindo opiniões e valores com credibilidade.

As *resenhas* são críticas de obras de arte ou de produtos culturais, como literatura, música, teatro e artes plásticas que visa orientar os leitores e consumidores. No Brasil, o termo *resenha* não é muito utilizado, sendo a *crítica* para denominar as unidades jornalísticas e quem desempenha a função de elaborar a *resenha* é chamado de *crítico* (MARQUES DE MELO, 1943, p.125-127).

Marques de Melo (1943, p. 128), define que

A *resenha* configura-se então como um gênero jornalístico destinado a *orientar* o público na *escolha* dos produtos culturais em circulação no mercado. Não tem intenção de oferecer julgamento estético, mas de fazer uma apreciação ligeira, sem entrar na sua essência enquanto bem cultural. Trata-se de uma atividade de eminentemente utilitária; havendo muitas opções no mercado cultural, o consumidor quer dispor de informações e juízos de valor que o ajudem a tomar decisões de compra (MARQUES DE MELO, 1943, p. 128).

A *coluna*, segundo a perspectiva de Rabaça e Barbosa (1978, p. 102), é uma seção especializada que tem publicações regulares em jornais e revistas, geralmente com autoria assinada, e tem uma forma de linguagem mais leve do que o habitual nas notícias. As colunas são encontradas com títulos constantes, diagramadas em uma posição fixa e colocadas sempre nas mesmas páginas para que facilite o leitor a encontrá-las.

A *crônica* é um gênero bem definido e essencialmente brasileiro, não sendo encontrado de forma parecida em outros países quanto à produção jornalística. Para Marques de Melo (1943, p. 147), “trata-se do embrião da reportagem. Ou seja, uma narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo”.

Para Sousa (2001, p. 288), o cronista também tem um lugar determinado num periódico, que pode ser encontrado em determinada página e dia da semana. A *crônica*, segundo o autor (2001, p. 288), pode ser uma *crônica* política, social, local, desportiva, policial, especial, de viagem ou qualquer outro assunto.

A *caricatura* é o universo de um jornal ou revista onde as imagens podem informar e não somente através do texto. Por ser feita em desenhos/imagens, atinge o público que tem o interesse de saber rapidamente o que acontece e que geralmente não se atente às leituras da mesma forma. Na *caricatura*, a opinião é explícita e que pode ser feita de maneira satírica ou humorística que podem apresentar juízos de valor e que geralmente é feita para estigmatizar alguns personagens da vida pública (MARQUES DE MELO, 1943, 162-167).

Jornalisticamente, o que é a caricatura? Duas respostas são possíveis: Especificamente, a caricatura é “a representação da fisionomia humana com características grotescas, cômicas ou humorísticas” Genericamente, significa a forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor” (MARQUES DE MELO, 1943, p. 167)

A *carta* ou a carta ao leitor, é feita pelos leitores com assuntos que estão no centro das atenções da imprensa com o intuito de confrontar sua opinião, porém, o jornalismo contém em suas características o fluxo, que Marques de Melo (1943, p. 174) define como unidirecional. O público, seja leitor, ouvinte ou espectador representa o “ponto de chegada” de uma produção jornalística. Contudo, participa de forma indiretamente, e desta forma, precisa recorrer à carta como forma de expressar seus pontos de vista (MARQUES DE MELO, 1943, p. 177).

Entretanto, a seção destinada a opinião do público leitor obedece critérios de acordo com a linha editorial e política da empresa, desta forma, há uma certa triagem para as cartas serem selecionadas, as quais precisam ser necessariamente assinadas, conferidas e avaliadas (MARQUES DE MELO, 1943, p. 177-179).

Sendo assim, os gêneros jornalísticos são denominados classes que agrupam os formatos jornalísticos, os quais organizam-se conforme um objetivo, seja ele de informar, opinar, divertir ou ser de utilidade de acordo com a classificação. Os formatos, por sua vez, são as mensagens estruturadas a partir de suas próprias identidades: notícia, coluna, reportagem, etc (ASSIS, 2012, p. 11).

O próximo capítulo da monografia será a descrição e análise das matérias, para encontrar a resposta do problema da pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS MATÉRIAS

Neste momento, serão descritas e analisadas as matérias coletadas da revista *Veja* entre o ano de 1970 e o ano de 1979. Serão percorridos três passos de análise de conteúdo do feminismo. Para dar o primeiro passo, foi necessário filtrar e observar as edições sobre a mulher na revista *Veja* durante a década de 1970 a partir das temáticas definidas para a pesquisa: profissão, feminismo, comportamento, sexo, política, religião e maternidade.

4.1 Passo um:

Entre as vinte e nove edições da década de 1970 que contêm material para análise, foram encontradas temáticas para esta pesquisa, as quais foram definidas no projeto inicial, para posteriormente encontrá-las nas edições.

Foi possível analisar que as grandes temáticas utilizadas pela revista *Veja* foram sobre profissão da mulher (como foi a evolução da mulher conquistando seu espaço no mercado de trabalho e também na educação), o feminismo (movimento feminista), comportamento da mulher (de que outras formas, a partir do seu comportamento e o ponto de vista da sociedade, o comportamento da mulher era publicado na revista), sexo (de que forma a sexualidade e corpo da mulher era retratado), política (análise sobre a participação do gênero feminino na política), religião (como as mulheres eram vistas a partir da perspectiva religiosa) e maternidade (observando o direito da mulher como mãe).

4.2 Passo dois:

As temáticas foram observadas em gêneros jornalísticos: gênero informativo e gênero opinativo. No gênero informativo foram encontradas: nota, notícia, entrevista, reportagem. No gênero opinativo: crônica, coluna e carta ao leitor. Formatos como editorial, comentário, artigo, resenha e caricatura não foram encontrados nas temáticas propostas para o presente trabalho. Entre as vinte e nove edições, foram encontradas: três notas, seis notícias, sete reportagens, oito entrevistas, uma carta ao leitor, três crônicas e uma coluna de opinião.

Quanto aos formatos dos gêneros jornalísticos utilizados em cada uma das temáticas foram encontrados:

No gênero informativo, com a temática política foi encontrado: dois formatos de notícia e uma nota; na temática comportamento: uma nota, uma reportagem e três entrevistas; na temática maternidade foi encontrado: uma notícia; na temática feminismo: uma notícia, duas reportagens, uma entrevista; na temática profissão: uma nota, uma notícia, três reportagens e

duas entrevistas; na temática sexo: uma notícia, uma reportagem, duas entrevistas; na temática religião não foram encontradas matérias publicadas.

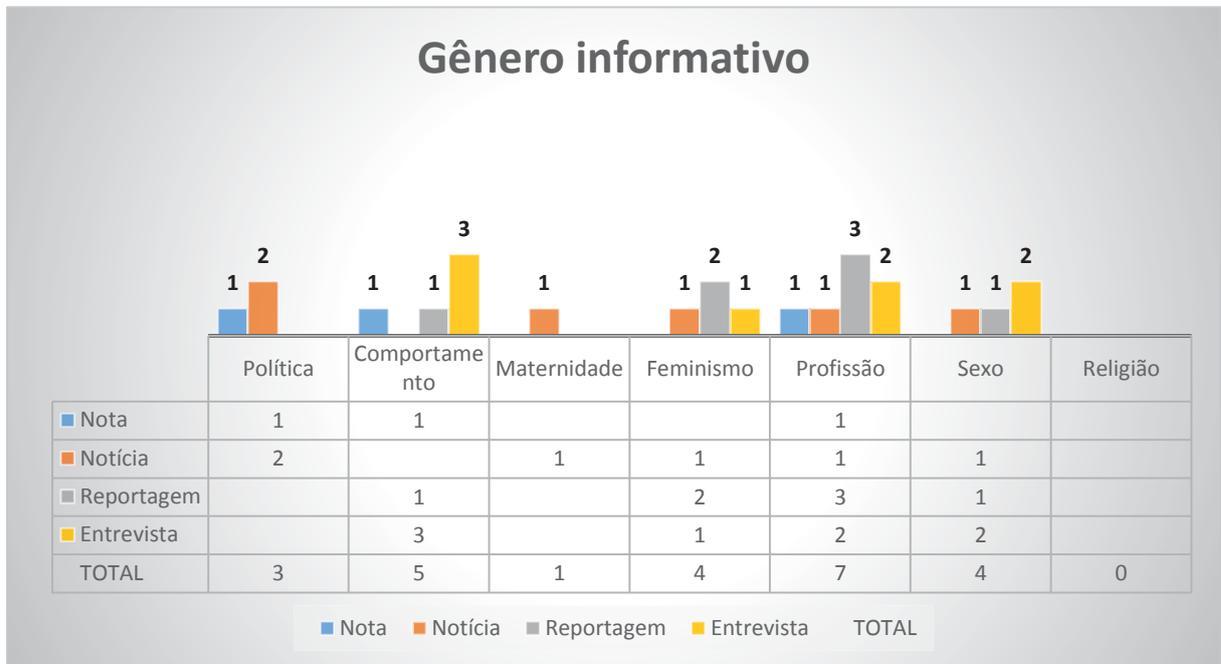


Figura 1: representação do índice de gênero informativo nas matérias de análise. (Fonte: Marina Agne Krug)

No gênero opinativo, a temática comportamento foi publicada em uma crônica, feminismo em uma carta ao leitor e uma crônica, profissão em uma crônica e religião em uma coluna.

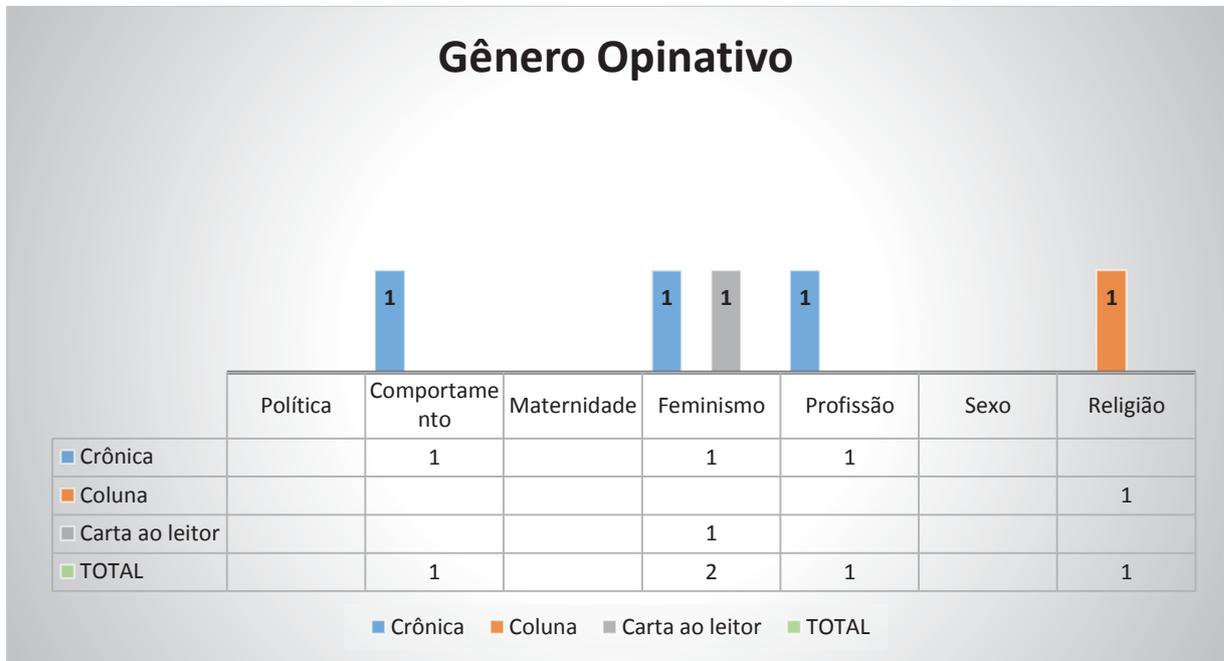


Figura 2: representação do índice de gênero opinativo nas matérias de análise (Fonte: Marina Agne Krug)

4.3 Passo três:

Neste momento, é feita a análise do conteúdo de cada temática proposta: profissão, feminismo, comportamento, sexo, política, religião e maternidade nos formatos e gêneros jornalísticos determinados na metodologia de análise de conteúdo categorial.

4.3.1 Temática Profissão

Na temática profissão, foram encontradas e analisadas oito edições da revista Veja, contendo os formatos de reportagem, notícia, crônica, nota e entrevista.

A primeira publicação com a temática foi em 1971, na edição 137, quando em uma reportagem especial intitulada “A submissa prisioneira do lar”, ao longo de seis páginas de reportagem, há duas exclusivamente com fotos de mulheres estudando e trabalhando, com o título “No estudo e no trabalho, os caminhos de uma nova mulher brasileira em busca de sua emancipação.” Veja divulgou neste espaço os resultados, em números, após entrevistas com

mulheres jovens sobre a opinião dessas mulheres sobre a vontade pela liberdade de estudar e trabalhar. Segundo a revista, 50% das mulheres jovens da época afirmaram que o trabalho é imprescindível para a realização pessoal, e os outros 50% afirmam apenas viver para o casamento, casa e filhos.

A revista, em diversos momentos, afirma que a própria mulher é contra sua emancipação e direitos iguais aos dos homens, uma vez que, por exemplo, há a licença maternidade e dispensa após os casamentos. Porém, é possível analisar nesta reportagem o espaço que Veja disponibilizou para muitas mulheres darem seus próprios depoimentos sobre suas escolhas.



Figura 3: retirado da reportagem da edição 137 onde as mulheres estavam lutando pelo o direito ao trabalho e pela discriminação sexual.

A segunda publicação foi 1974, na 288ª edição, quando em uma notícia com o título “desproporções massacrantes”, a revista revela os números bem distintos entre a participação de homens e mulheres em Hollywood. Enquanto a quantidade de homens no Sindicato dos Produtores é de 3000, as mulheres são apenas em oito. Entre os diretores, 2343 homens contra 148 mulheres. Veja utiliza a seguinte frase, sugerindo que também se assusta com a diferença entre homens e mulheres no setor artístico: “Para homens como o produtor Al Ruddy estes números somente refletem a realidade social”, então, a citação do produtor que logo vem em seguida: “Só recentemente a mulher deixou de ser esposa, amante, corista ou enfermeira”, o que para a revista foi uma ironia, pois sua mãe e ex-esposa foram mulheres bem sucedidas. E logo após, a revista afirma que “esses pensamentos são frutos de preconceitos que fizeram as atrizes compreenderem que precisam de mais influência junto aos executivos da indústria cinematográfica.”

Na mesma edição 288, pela terceira vez, há uma publicação sobre a profissão da mulher é abordada na Veja, desta vez, uma crônica é escrita com o título “Estrelas extintas”, o qual o autor apresenta a ideia de que as mulheres brilhavam nas galáxias cinematográficas revelando grandes estrelas e ganhavam de muitos atores homens na popularidade. Porém, admite que

esses tempos mudaram e que os homens estão dominando Hollywood: há 12 papéis masculinos para uma mulher. Nos novos filmes desta época, a mulher apenas deveria ser “sexy”, sem precisar representar a verdade e que não passava apenas de uma extensão da libido masculina.

A quarta publicação com a temática foi em 1974, na edição 304, quando uma nota foi publicada com o título “Em defesa da profissão”, onde o lema da Primeira Convenção Nacional de Prostitutas dos EUA foi: “Todas as mulheres nesta sociedade são prostitutas, a diferença é que algumas são pagas mais diretamente que outras para seus serviços”. Com a principal argumentação da convenção defendida por uma advogada feminista de que o governo não tem o direito de dizer como a mulher deve ganhar dinheiro e que a profissão deveria deixar de ser considerada um crime. A *Veja* não deixou claro a sua posição sobre as declarações na convenção, mas diante de se tratar de uma convenção realizada na Igreja Memorial Glide de San Francisco, encerra a nota sem dar muitos detalhes sobre o acontecimento.

No mesmo ano na edição de número 329, a quinta publicação foi com uma entrevista com Françoise Giroud, um socialista e feminista com o título “O poder das mulheres – A revolução feminina na França, silenciosa e pacífica”. A entrevista tem como foco principal a mulher no mercado de trabalho e os problemas e esperanças das mulheres em todo o mundo. A revista também fala sobre a discriminação sexual no mercado de trabalho, se tratando não somente psicologicamente, mas também material, quando se refere à ausência das mulheres no trabalho por motivo de parto, e desta forma, os homens eram mais produtivos. Em determinado momento da entrevista, o repórter questiona se o problema de dependência econômica das mulheres não seria solucionado com um salário pago pelo Estado para as mulheres ficarem tomando conta das tarefas de casa. Novamente, é possível entender que a revista *Veja* seja um pouco preconceituosa com o trabalho feminino e a independência da mulher.

A sexta publicação foi feita em 1976, na edição 418. Uma reportagem com o título “Vitória chauvinista”, a revista divulgou a luta das mulheres para serem inclusas na entrada da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Porém, segundo a revista a única presença feminina na ABL seria de uma estátua em pedra de uma mulher nua, pois as escritoras mulheres ainda continuam impedidas de fazer parte dos quadros acadêmicos. A revista publicou uma reunião tumultuosa entre acadêmicos a favor e contra a presença das mulheres na Academia, pois havia um artigo no regimento interno da ABL que “reserva aos homens a condição de imortalidade literária”.

Em 1977, na edição 472, a sétima publicação se trata de uma entrevista com a pesquisadora Eva Alterman Blay feita por Lígia Martins de Almeida. Com o título da entrevista: “Os trabalhos da mulher: de um modo geral, são ainda os que pagam pouco e não interessa aos

homens.”, Veja começa a introdução da matéria afirmando que nas universidades a mulher vem tomando seu lugar pouco a pouco, como em cursos de engenharia. Nesta época, a situação da mulher já era vista como bem distinta do que a década passada. A entrevista com a socióloga Eva, de 40 anos, inicia com a pergunta: “Quando começam seus estudos sobre a situação da mulher brasileira?” e logo após: “E, quanto ao trabalho de dona-de-casa, haveria necessidade de preparação (no mercado de trabalho)?” Porém, a revista ainda afirma que no Brasil a principal imagem que a mulher carrega é a de dona-de-casa, e segundo a pesquisadora, é a real situação da mulher não só no Brasil como no mundo. Assim como, a revista também afirma que a realização profissional não é tão importante para a mulher, como é para o homem. Neste momento, Eva afirma que essa questão é estritamente econômica e de classe. A Veja questiona, também, à sua entrevistadora sobre a prostituição, o que considera, a partir de estudos feitos, desespero de mulheres que saem do campo para a cidade na tentativa de ganhar a vida.

No mesmo ano, na edição 475, a oitava publicação na revista com a temática veicula uma matéria com o título “Diferentes, mas não inferiores.” A revista traz uma reportagem especial sobre os preconceitos que as mulheres sofrem no mercado de trabalho. E ainda, é divulgado que uma Comissão Parlamentar de Inquérito acabara de ouvir as mulheres e que o próprio Ministério do Trabalho trabalharia em uma profunda reforma na legislação para garantir a igualdade de tratamento para ambos os sexos. Mudanças como a permissão de mulheres nas obras de construção civil, o trabalho noturno e a prestação de horas extras eram algumas das pautas a serem mudadas. A revista garante um grande avanço no que diz respeito aos trabalhos das mulheres comparado quando Berta Lutz fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, dando direito à mulher de exercer somente cinco profissões: professora, agente dos Correios e Telégrafos, enfermeira, empregada doméstica e prostituta.

A edição 475 pode ser considerada uma das mais importantes analisadas para a pesquisa, pois pela primeira vez, a mulher é vista na capa da Veja com o título “A mulher no trabalho”.

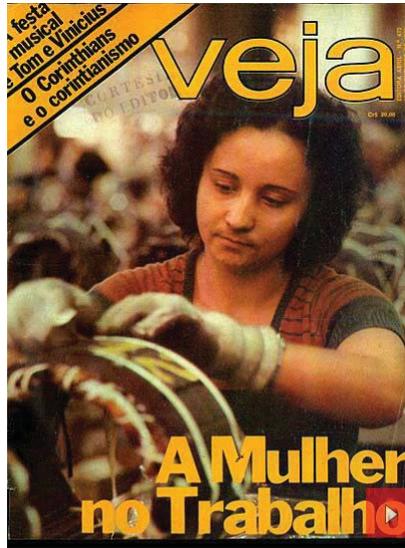


Figura 4: capa da revista edição 475 da Veja

A luta pelo direito da mulher no ambiente do trabalho iniciou-se a partir da perspectiva de Nalu Faria (2008), no primeiro momento do movimento feminista, quando além do direito ao voto, as mulheres lutavam pelo acesso à educação e a exercer determinadas profissões, homens militares eram contra às mulheres, por considerarem que deveriam estar dentro de casa e não roubando seus empregos. A partir da análise é possível concluir que em 1971, metade das mulheres ainda tinham os maridos e o lar como prioridades. Em 1974, os homens ainda representavam, de forma “massacrante” a maioria no mercado de trabalho e temas como prostituição e a exclusão das mulheres na Academia Brasileira de Letras ainda eram publicados pela Veja. Em 1977, duas edições são publicadas de formas bem diferentes pela revista: uma publicando que a mulher ainda era considerada dona de casa e outra publicando uma reportagem especial sobre a evolução da mulher no trabalho.

4.3.2 Temática Feminismo

A temática feminismo esteve presente em seis das matérias analisadas, sendo dividida nos formatos notícia, reportagem, entrevista, crônica e carta ao leitor.

A primeira publicação a respeito à temática foi no ano de 1970, na edição de número 117, quando a revista publicou uma notícia sobre o movimento feminista das mulheres na França. De forma breve, a revista abordou as reivindicações das mulheres sobre suas condições no mercado de trabalho e a utilização das pílulas anticoncepcionais.

A segunda publicação foi em 1971, na edição 137, quando foi feita uma entrevista com uma das principais ativistas do movimento feminista Betty Friedan, autora da obra *A Mística Feminina* em 1963 e uma das fundadoras da Organização Nacional das Mulheres nos Estados Unidos. A entrevista, essencialmente com o objetivo de compreender as feministas, em três páginas de perguntas e respostas, feita pelo repórter Ronald de Freitas, é visível a opinião da Revista *Veja* sobre as declarações de Betty Friedan ao questionar se a ativista não achava “muito fácil” defender as teorias feministas “quando não há casa e nem família para cuidar”, pois Friedan afirma ser divorciada e com filhos independentes. Na entrevista, Friedan afirma que as mulheres brasileiras deveriam estar mais preparadas para um movimento como ao dos Estados Unidos e não “gastando suas energias em salões de beleza”, para então não ter ressentimentos pelo seu desenvolvimento conquistado. Perguntas como “Se a mulher tiver que trabalhar, por princípio, em nome da sua emancipação, quem tomará conta da casa”? nos levam a interpretar de que a *Veja* ainda questiona sobre o estereótipo que a mulher tanto luta para mudar nesta época: o de não ter igualdade aos homens e ter posições domésticas exclusivamente das mulheres.

A terceira publicação foi uma carta ao leitor na mesma edição 137 do ano de 1971, quando, por efeito da entrevista feita com Betty Friedan, assinada apenas pelas iniciais “M.C”, claramente critica a posição da ativista, afirmando que a mesma cairia em contradição em duas entrevistas feitas com a revista quanto aos movimentos feministas no Brasil, quando em entrevista com Ronald Freitas, afirmava que o Brasil é prematuro para um movimento de emancipação feminina nos Estados Unidos e três dias depois, em uma conversa com o então editor da *Veja* Silvio Lancelloti, afirma que o Brasil está maduro para o movimento.

Na edição de número 357, de 1975, a quarta matéria publicada foi uma reportagem especial à conferência mundial do Ano Internacional da Mulher, a qual foi encerrada dias antes no México. A matéria assinada pelo editor Sebastião Gomes Pinto, já anuncia: “Como se verá, não se trata de uma tarefa fácil”. Com o título: “Mas o assunto era mulher”, para o editor é difícil compreender o que foi relevante ou não na conferência, mas em sua colocação referente à participação de primeiras damas, o que causou grande irritação por parte das manifestantes, concordou dizendo que estavam incomodadas “com certa razão”. Criticando também a postura da primeira dama Imelda Marcos, esposa do então presidente Ferdinando Marcos das Filipinas, de afirmar que em quase todos os movimentos feministas vislumbravam traços de “revanchismo”, o que para o editor da revista *Veja* foi uma “ousadia”, assim como, classifica que a primeira dama “chegou ao cúmulo de exaltar o misticismo da mulher ocidental”. Ao fim da matéria, após transcrever muitos dos acontecimentos da conferência, finaliza com uma fala

da representante de Serra Leoa, admitindo que o evento foi útil, pois descobriu que mulheres de todo o mundo têm coisas em comum e que descobriram também que os homens são todos iguais. Essa reportagem feita pelo editor Sebastião Pinto, demonstrou que a revista Veja, neste momento, abriu um espaço para mostrar a importância da conferência da Cidade do México e o quanto ela poderia mudar os rumos da mulher no mundo.

A quinta publicação com a temática foi feita em 1977, edição 437, quando é publicada uma crônica sobre o show de Célia Regina Ferrer, uma paulistana de 29 anos, com o nome da peça “Mulheres..SÓ”, que afirma que falar sobre o feminismo era um ato de coragem, pois era preciso ter uma produção cuidadosa que usasse da simplicidade para repassar ao público as “aventuras e desventuras da mulher”, já que a importância que o movimento feminista tinha nesse momento da história, ao contrário do início da década, era tratado com ironia e com sutis comentários debochados e com tom de desprezo.

Uma reportagem com o título “As antifeministas” em 1977, edição 467, foi a sexta e última publicação com a temática feminismo da década de 1970, o que passa a entender neste momento é que a luta pelas igualdades sociais e políticas das mulheres estava ameaçada por conservadoras, pois a ementa da constituição que garantia “a igualdade de direitos sob a lei não será negada ou restringida pelos Estados Unidos ou por nenhum Estado por causa de sexo”, vinha sendo negada em 9 países dos EUA, e a consagração já não era tão garantida. Para a Veja, as conservadoras vinham usado técnicas consideradas rudes, pois diziam, por exemplo, que a igualdade entre os sexos implicaria na extinção de banheiros separados para os dois sexos, e que as mulheres passariam a ser obrigadas a trabalhar.

A década de 1970 representou grandes mudanças para o universo feminino, o que segundo a autora Elisabete Rodrigues Silva (1982), foi uma década em que o feminismo estava voltado à família, corpo e sexualidade. Podemos analisar que tais aspectos foram retratados pela Veja, com questionamentos sobre o papel da mulher como dona de casa, em 1971 com a entrevista de Betty Friedan, até questões como a igualdade de direitos independente do sexo, o que foi aprovado nos Estados Unidos em 1977, embora ainda reprovado por alguns estados do país.

4.3.3 Temática Comportamento

Na pesquisa, foram encontradas e analisadas seis publicações com a temática comportamento. As matérias foram encontradas nos formatos de entrevista, nota, crônica e reportagem.

Na primeira publicação, feita em 1971, na edição 129, uma entrevista é feita com Fernando Arrabal Terán, um escritor e cineasta espanhol, que sofreu com a prisão durante o regime franquista devido suas obras conterem assuntos acerca da política e por seu pai desaparecer quando condenado à morte após sua mãe entregar o pai à polícia. Por conta de sua vida tumultuada, concedeu esta entrevista à Revista Veja, para comentar sua vida “mais tranquila e pai exemplar”. Porém, mostra em suas respostas acreditar que o ciúme que os homens tinham pelas suas mulheres era aceitável e as mulheres submissas a eles era algo “considerado bonito” pelo ponto de vista do entrevistado.

Podemos perceber que ao longo da entrevista, o assunto sobre as mulheres prossegue com perguntas sobre relacionamento e a submissão da mulher ao homem. O entrevistado admite em suas respostas que acredita que quando as mulheres eram submissas aos homens eram mais felizes, utilizando, também, a frase “existe, no entanto, coisa mais bonita e mais pura que uma mulher velada, que esconde seu corpo inteiro para sair de casa e que faz isso só porque não quer que ninguém mais veja o seu corpo além do homem que ela ame?” Nesta entrevista, é possível, então, perceber o interesse da Revista Veja em ver as opiniões do entrevistado, como homem, esposo e pai de uma menina, acerca da luta das mulheres pela liberdade nos relacionamentos que buscavam neste momento da história.

Na segunda publicação, em 1973, edição 237, Veja publica uma nota sobre a líder feminista americana Gloria Steinem declarando admiração por Jacqueline Kennedy Onassis, “pois ela dribla os homens usando as regras do jogo impostas pelos inimigos” e que em conferência em Austin, no Texas, Gloria afirma que Jacqueline “tem uma visão muito clara de como a mulher deve agir em relação ao marido”. Apesar da nota, a revista Veja não aprofunda sobre as declarações de Steinem a Jacqueline Kennedy.

A temática aparece na terceira publicação como uma crônica na edição 301 de 1974, escrevendo sobre a obra *Novas Cartas Portuguesas* das “Três Marias” Maria Isabel Barreno, Maria Tereza Horta e Maria Velho da Costa de 289 páginas, com o título da crônica: “Lisbon’s Lib”. A crônica é feita através do machismo sofrido pelas três mulheres por “reivindicar as relações entre os sexos, romper as estruturas que as mantêm atadas como escravas a seus senhores”. O autor relaciona as três como “essas Joana d’Arc que querem expulsar os invasores de seus direitos não escondem sob as malhas de aço uma feminilidade que nada tem de viril e se revela de uma lucidez profunda.” Leo Ribeiro finaliza sua crônica afirmando que a obra contém páginas admiráveis, que não têm o amargor do livro de Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo”, para ele, o livro divide a própria concepção da mulher em Portugal em duas épocas: antes e depois das extraordinárias três Marias.

Na quarta publicação, em 1974, a *Veja* na sua 315ª edição, apresenta uma entrevista com Helen Gurley Brown, de 52 anos, diretora da revista feminina americana *Cosmopolitan*. A revista que incentiva “ajudar as mulheres a se ajudarem” ou ainda, “como agarrar seu homem” e tem como objetivo abordar todos os temas a partir de pontos de vista femininos. As perguntas feitas pela revista para a empresária ainda continuam a considerar a mulher inferior ao homem, como: “A senhora nunca ficou com medo de perder seu marido?”, “O que a senhora acha de mulher falar palavrão?”, “O que a senhora acha da mulher na política?”, “A senhora nunca teve filhos”? O que podemos analisar é essa resistência por parte da revista de se adaptar às mudanças que vem ocorrendo neste período da história.

Na quinta publicação, edição 378 de 1975, uma entrevista sem autoria com um escritor assumidamente feminista chamado Alberto Moravia é publicada na revista *Veja*. O escritor declara que o movimento de emancipação das mulheres é “um dos fenômenos mais importantes da atualidade”. A primeira pergunta feita pela *Veja* é em questão da prostituição, o porquê do autor insistir tanto no assunto. A revista também questiona o escritor quanto à necessidade da mulher de “se vender” ao homem ser um marco psicológico e comportamental profundo das mulheres, assim como assuntos sobre a maternidade imposta às mulheres “como uma missão inteiramente absorvente e que determina sua existência”, reivindicando a maternidade livre e consciente, o aborto livre e comércio livre dos anticoncepcionais.

Em 1979, edição 590, a sexta matéria publicada é uma reportagem especial da retrospectiva da década de 1970. Com o título “Apenas mulher”, a revista faz uma breve descrição do que a contestação feminina representou na década, vista pela *Veja* como uma década onde as mulheres foram mais silenciosas comparadas à década de 1960. Apesar disso, a revista divulga o quanto a sexualidade da mulher passou a ser importante, uma vez que orgasmo não era uma dádiva do homem, e a mulher podendo ser autossuficiente. A mulher grávida já aparece nesta edição de biquíni na praia, com a legenda “uma visão que se tornou natural”, o que segundo a revista, a mulher ganha as praias e o direito tranquilo de descobrir a gravidez, assim como a luta por fazer o mesmo com os seus seios.

A imagem da mulher, desde o início, conforme as perspectivas de Simone de Beauvoir (1967), era relacionada com uma tentativa de se tornar um ser independente, pois as mulheres aprendiam que seus comportamentos deveriam agradar aos homens, e assim, não explorando sua capacidade diante a sociedade.

A década de 1970 iniciou-se com conflitos em relação ao comportamento da mulher, na política e na vida doméstica e a submissão da mulher diante ao homem e finalizou-se com a

publicação da revista divulgando a mulher livre e com direitos de autonomia com seus próprios corpos, sendo a sexualidade, enfim, vista como importante para a mulher.

4.3.4 Temática Sexo

A temática sexo foi apresentada em quatro matérias da revista *Veja*. Notícia, entrevista e reportagem foram os formatos encontrados nesta temática.

Na primeira publicação, em 1973, na edição 266, foi publicada uma notícia sobre as “Três Marias” (Maria Isabel Barreno, de 34 anos, Maria Velho da Costa, de 35 anos e Maria Tereza Horta, de 35 anos) as quais foram autoras de uma obra considerada “promíscua” para o momento, chamada “Novas Cartas Portuguesas”. O que podemos analisar em relação à *Veja*, é a maneira como a revista se porta para apresentar as mulheres, relacionando duas delas como “ambas separadas dos maridos”, podendo ser interpretado como uma maneira da revista de trazer alguma informação que julga relevante através da promiscuidade do conteúdo da obra. Atribuindo também a associação do acontecimento ao movimento feminista, quando diz que “literalmente, o livro saiu com uma forma tão ‘engaiada’ no movimento feminista que se torna frustrante uma tentativa de identificação.” Um exemplo: “p.. ou lésbicas, não nos importa do que nos chamem, já que nossa luta não está perdida. Chegou a hora de dizer “Basta”! e de formar um só bloco com nossos corpos.” Porém, por outro lado, a revista deu espaço para as três mulheres declararem seus pontos de vista na matéria.

Na segunda sobre o sexo, edição de 1975, número 346, uma entrevista feita com a Dra Helen Kaplan, pelo repórter Hugo Estenssoro intitulada como “Uma terapia para o sexo - O prazer sem pecado e sem remorso, explicado pela sexóloga americana.” Quanto ao sexo relacionado às mulheres, a primeira pergunta feita pelo repórter é em relação aos temores que as mulheres sentem em relação ao sexo, sugerindo que o feminismo pudesse amenizar esses medos, e a resposta dada pela sexóloga é a de que afirma que mesmo que a dominação do homem seja total, se há amor entre o casal, o problema entre eles nem sempre pode aparecer. Aqui nesta entrevista, a revista *Veja* começa a publicar matérias que eram consideradas tabus, até mesmo, como na matéria também é citado, para médicos e especialistas e então o sexo e o prazer sexual da mulher começam a ser valorizados.

Na terceira publicação, edição 386, de 1975, a reportagem foi exclusivamente sobre o machismo, pelo orgulho da condição masculina e a convicção de que a mulher é “basicamente inferior ao homem, em corpo e em espírito”. A *Veja* em sua matéria, defende a ideia de que o machismo está cada vez mais perdendo força por causa dos movimentos de libertação da mulher. E estas afirmações vêm vinculadas a Organização Mundial da Saúde, dirigida por

homens, mais necessariamente pelo colombiano Dr. G. Ortiz. Ou seja, a revista divulga nesta edição a informação de que as atitudes sexuais da dominação do homem na mulher deveriam ser entendidas como uma anomalia e não como um padrão de comportamento que os homens deveriam se orgulhar.

Na quarta publicação, 1978, edição 507, uma entrevista de 3 páginas com a escritora Shere Hite, autora do livro “The Hite Report”, que trata do preconceito e superficialidade da vida sexual da mulher, é feita por Judith Patarra. Com o título: “Contra os favores do homem: a visão de uma feminista que procura destruir mitos sobre a vida sexual da mulher”. A revista questiona sobre a situação sexual atual da mulher, e sobre quais tipos de relação sexual a escritora julga satisfatória para a mulher, assim como, quer saber de Shere, quanto aos homens, o que pensam a respeito do assunto. Em determinado momento da entrevista, a repórter afirma que o prazer sexual das idosas é considerado “chocante”, o que logo a entrevistada nega e afirma que a sociedade enxerga as mulheres idosas como seres assexuados e julga esse pensamento “estúpido”.

A questão sexual da mulher na revista *Veja*, foi representada de formas bem distintas desde o início até o final da década. Conforme a autora Nalu Faria (2008), a década de 1970 foi o momento que as feministas levantam a voz, questionando a sexualidade da mulher. A questão do sexo e prazer feminino, obteve-se no final da década, resultados diferentes aos questionados no início dos anos 70. Quando em 1973, falar sobre sexo era considerado algo “pervertido”, a partir de 1975, a revista já publicava sobre a sexualidade da mulher sem receios. Desta forma, podemos analisar que a questão do prazer sexual da mulher, é considerado um tema importante a ser explorado pela revista e ganhou maior notoriedade e espaço no decorrer da década.

4.3.5 Temática Política

A temática política foi encontrada em três publicações analisadas. Os formatos encontrados foram nota e notícia.

A primeira edição com a temática apareceu na edição 205 de 1972, quando a *Veja* publica uma nota sobre a decisão da deputada estadual Aracy de Souza de se tornar líder do movimento da emancipação feminista. Uma nota com o título: “De voto e fogão”, com a intenção de levar as mulheres de seu estado do forno e do fogão para as tribunas, a revista afirma que a imprensa não está concordando com o ato da deputada, no entanto, podemos analisar que quando Aracy relatou seu sequestro feito pelo próprio ex-marido sofrendo agressões, *Veja* diz que a deputada uniu o útil (levar as mulheres às tribunas) ao desagradável

(momentos em que passou sequestrada), o que pode chegar à conclusão que a revista apoiava os planos de Aracy de Souza.

Na segunda publicação, de 1971, edição de número 210, Veja publica uma notícia sobre a candidatura de uma mulher ao cargo de prefeito na cidade de Uruburetama, chamada Margarida Maria Barbosa de Vasconcelos. Veja denominou intransigente um lavrador chamado Antônio Joaquim por afirmar que “esse negócio de mulher em política é um fim de mundo”. Haussman Ferreira da Cunha, professor de filosofia, português, geografia, francês e elementos de economia, por sua vez, foi considerado um respeitado intelectual de Uruburetama por dizer que “o movimento feminista é a redenção da Uruburetama”.

Na terceira e última publicação, feita em 1979, em sua 559ª edição, é publicada uma notícia com o título “Aparte feminino”. Neste momento da história brasileira, o país é representado pela primeira vez com uma senadora da República: Eunice Michiles, de 49 anos. Entre seus principais objetivos, é claro, está a mulher. A nova senadora incentiva a mulher ao trabalho e luta para combater a “posição de inferioridade”. Com uma matéria de duas colunas e com uma foto da nova senadora, com a legenda: “Eunice: em defesa das mulheres”, a Veja divulga aos seus leitores a nova mulher que ocupa uma cadeira no Senado brasileiro.

A mudança na política, através da revista, foi transformadora na década de 1970. O que antes as mulheres lutavam pelo direito ao voto e a participação feminina na cidadania, em 1932 os direitos são conquistados, segundo Céli Regina Jardim Pinto (2003). Em 1971, a mulher estava se candidatando a prefeita e em 1979, o país elegia a primeira mulher como senadora da República.

4.3.6 Temática Religião

Na temática religião, apenas uma matéria foi publicada na década de 1970 e ela está no formato de coluna de opinião.

Em 1977, na edição 447, a mulher relacionada à religião finalmente é um tema proposto nas matérias da revista Veja, em uma coluna sob o título: “Domésticas?” A revista inicia o texto relatando a tradição da Igreja Católica em conservar o sacerdócio apenas para os homens e que, embora no mesmo ano tenha sido considerado discriminatório por alguns teólogos, a Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, descarta a possibilidade de mulheres serem sacerdotisas. A revista se posiciona em relação ao assunto, quando afirma que há uma discriminação por parte da Igreja Católica também no Vaticano, uma vez que há 3000 funcionários homens contra apenas 250 funcionárias mulheres e que as religiosas asseguram que 138.345 freiras italianas eram na época “triplamente oprimidas”: como mulheres,

trabalhadoras e religiosas. A Igreja exigia das mulheres “virgindade consagrada”, e aos homens apenas a “preservação da castidade” e, desta forma, a revista considera as mulheres “domésticas de Deus”.

Com a coluna de opinião acerca da categoria religião, a virgindade da mulher era algo ainda visto diretamente relacionado à religião, bem como Muraro, (1993) apontava que, desde os povos pastoris da África e do sul da Europa, as mulheres sofriam punição de morte para a perda da virgindade, ou o adultério, sendo o comportamento considerado um código de honra. Desta forma, podemos concluir que o pensamento arcaico ainda existia e que a revista *Veja* desaprovava este comportamento da Igreja Católica com a frase de que as mulheres eram domésticas de Deus. Por conter somente uma publicação, é possível analisar que a revista *Veja* não considerava o tema como um assunto a ser explorado.

4.3.7 Temática Maternidade

A única publicação, da edição 494, de 1978, apresentou uma notícia com o título “Mamãe e mamãe”. O texto aborda o tema da inseminação artificial, que começa a ser um tema debatido e noticiado pela Revista *Veja*, principalmente por casais de mulheres lésbicas a procura de construir uma família convencional. A revista se posiciona quanto ao tratamento do Estado pelo caso das lésbicas exigirem o direito de ter uma família, após o Departamento de Saúde afirmar que deixa a decisão “a critério do médico e da paciente envolvida”, utilizando as palavras: “Enquanto isso, numerosos parlamentares exigiram do governo – que não parece interessado na discussão – medidas para proibir “a horrível prática”.

A maternidade foi pouco explorada pela revista *Veja*, sendo publicado um material direcionado ao assunto apenas uma vez, em relação às lésbicas e a maternidade realizada através da inseminação artificial, onde os autores Hildete Pereira Melo e Schuma Schumacher (2000) relatam que no movimento feminista da segunda onda, além de questões voltadas a luta pelo direito à saúde, a discriminação do aborto e violência doméstica, estavam os direitos reprodutivos como principais bandeiras do movimento neste momento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a descrição e análise do objeto de pesquisa Revista Veja e as vinte e nove matérias analisadas, foi possível concluir que as categorias de análise de conteúdo que tiveram maior quantidade e de matérias publicadas pela revista retratando o gênero feminino durante a década de 1970 foram sobre a profissão (oito publicações), seguido de feminismo (seis publicações), comportamento (seis publicações), sexo (quatro publicações), política (três publicações), religião (uma publicação) e maternidade (uma publicação).

Em relação aos gêneros jornalísticos, os formatos mais utilizados foram: oito entrevistas, sete reportagens, seis notícias, três crônicas, três notas, uma carta ao leitor e uma coluna de opinião. Assim, podemos analisar que a entrevista foi o formato de gênero jornalístico informativo mais utilizado pela revista Veja nas matérias analisadas para a pesquisa, assim como, a crônica no gênero opinativo.

Ao conteúdo das mensagens, podemos concluir que, quanto à profissão, foi a categoria mais utilizada pela revista Veja durante a década de 1970, mudando drasticamente o conteúdo desde o início da década até o final. Em 1971, Veja publica que metade das mulheres ainda eram donas de casa e tinham como objetivo de vida cuidar do marido e da casa, e ainda, a Veja afirma que a própria mulher não era a favor aos direitos iguais dos homens, pois havia a licença maternidade e dispensa após os casamentos.

Veja retrata que, em 1974, consideravam "massacrantes" as desproporções da participação das mulheres comparadas aos homens. As mulheres, principalmente no mundo artístico, não tinham muito espaço e dependiam de influências dos executivos da indústria cinematográfica.

Assim como, a Veja também publicou uma reportagem sobre a discriminação das mulheres na Academia Brasileira de Letras em 1976, sobre o impedimento de mulheres escritores entrarem para a academia. Porém, no ano de 1977, a situação da mulher começa a melhorar. Veja publica uma entrevista na qual uma pesquisadora revela que as mulheres estão cada vez mais dentro das universidades e participando de cursos considerados masculinos, como engenharia. Porém, nesta época, a mulher ainda era vista como a dona de casa. No mesmo ano, a revista publica pela primeira vez a mulher com o tema "mercado de trabalho" na capa da Veja. Assim como uma reportagem especial sobre as mudanças que a mulher conseguira alcançar até o momento

Na categoria feminismo, a *Veja* publicou pela primeira vez de forma breve, em 1970, as principais reivindicações das mulheres sobre as condições no trabalho e uso de contraceptivos.

Em 1971, a revista permitiu a presença da ativista e representante do movimento feminista Betty Friedan, através de uma entrevista, esclarecendo os objetivos da luta das mulheres. Porém, a *Veja* ainda se mostrava preconceituosa, questionando o estereótipo que a mulher vinha tentando mudar, de ter direitos iguais aos homens.

Em 1975, *Veja* publica uma reportagem sobre a Conferência do Ano Internacional da Mulher, tratando do movimento feminista com seriedade abordando as reivindicações das mulheres, e abriu um espaço para mostrar a importância da Conferência e o quanto poderia mudar os rumos da mulher no mundo. Porém, no ano de 1977, o movimento perde a força, visto pela *Veja* como algo tratado com desprezo e ironia, quando no ano de 1977, as conservadoras, chamadas anti-feministas, passam a ameaçar a luta das mulheres, através de técnicas consideradas rudes pela revista *Veja*.

Quanto ao comportamento da mulher, no início da década a mulher ainda era considerada propriedade do homem, tendo que servir a ele e a casa. Em 1974, as mulheres, a partir de uma obra das “Três Marias”, ainda relatavam a luta para “romper as estruturas que as mulheres são mantidas como escravas de seus senhores”. Em 1974, a resistência da Revista *Veja* por acompanhar as mudanças da mulher ainda era visível, quando em uma entrevista com uma diretora de revista feminina, questiona o fato da mulher falar ‘palavrão’, e ‘medo da mulher perder o marido’.

Por fim, no ano de 1979, em uma reportagem especial, a *Veja* publica as principais conquistas das mulheres, entre as quais estão o prazer sexual feminino, fotos de mulheres grávidas na praia e o direito de descobrir a gravidez.

No sexo, a sexualidade da mulher mudou bastante durante a década. Em 1973, para a *Veja*, falar sobre a sexualidade da mulher era considerado ‘promíscuo’ para o momento. Em 1975, a dominação sexual do homem na mulher perde a força e é visto como uma anomalia, segundo a Organização Mundial da Saúde. Até que em 1978, o preconceito da vida sexual da mulher vai desaparecendo, quando a revista concede uma entrevista a uma escritora para falar exclusivamente do prazer da mulher.

Na política, de 1971 a 1979, a mulher conquistou seu lugar de prefeita a senadora da república, ambas publicadas pela revista *Veja* apoiando as causas. Na publicação da senadora Eunice Michiles, um dos principais objetivos de seu mandato é o incentivo à mulher no trabalho e a luta para combater a posição de inferioridade.

Quanto à maternidade e a religião, pouco foi publicado, somente em 1977 e 1978, respectivamente, no final da década, que a inseminação artificial para casais de lésbicas foi publicado, através de uma notícia, pela *Veja* como um direito a todas as mulheres e a religião é vista pela revista como discriminatória com a mulher. Podemos chegar à conclusão de que, apesar da revista *Veja* não publicar muitas informações sobre a mulher durante a década de 1970, comparando às 520 edições durante os 10 anos, enquanto estava sendo realizada a segunda onda do feminismo, reportagens e entrevistas foram feitas para debater o papel da mulher na sociedade e a sua evolução como indivíduo com direitos iguais aos homens.

Nas próximas décadas, os direitos da mulher viriam a melhorar, mas pode-se dizer que conquistaram muitas coisas das quais tanto batalharam nestes anos de movimento feminista no Brasil e no mundo.

Referências bibliográficas

ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: critérios e escolhas na obra de José Marques de Melo**. Disponível em:

https://www.scribd.com/fullscreen/112005759?access_key=key-26oyb0cg32avlxlkqk1p&allow_share=true&escape=false&view_mode=scroll> Acesso em: 19 de novembro de 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1967.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. **Feminino & Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2º ed., Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **A imprensa feminina. Revista, a feminização da imprensa**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1990.

CAMPBELL, Joseph. **The Masks of God: Occidental Mythology**. New York: Viking Press, 1970.

CITELI, Maria Teresa. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento**. Revista de Estudos Feministas. vol.9, n.1, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume, 1994

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor a outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FARIA, Nalu. **O Feminismo é uma prática**. Por onde passa a história das mulheres. São Paulo: Caco Bisol, 2008.

FOLLIET, Joseph. **Tu seras journaliste**, Lião: Chronique Sociale, 1961.

KAYSER, Jacques. **El periódico: estudios de morfología, de metodología y de prensa comparada**. Quito: Ciespal, 1966.

MARQUES, Natália. **Movimento Feminista na luta pelos direitos das mulheres**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/movimento-feminista-na-luta-pelos-direitos-das-mulheres/118042/#ixzz3p4jLE5QL>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. **A Segunda Onda no Brasil**. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/uploads/conteudo/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf> Acesso em: 20 de Outubro de 2015.

MELO, Marques de. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1943a.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Rio do Janeiro: LTC, 1989.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3º Ed. Volume 5. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias femininas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000300021&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de Outubro de 2015.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo de construções discursivas em veja e manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.

NEGREIROS, Maria J. de. **Discriminação de gênero no Brasil e os mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos**. Disponível em: <www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/dir/maria_j.pdf> Acesso em: 29 de Outubro de 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana et al. **Diferenças, Igualdade. Gênero: a história de um conceito**. São Paulo: Berlendis Editores Ltda. 2009.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Campus, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>> Acesso em: 19 de novembro de 2015.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2. 1995.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **Feminismo Radical – Pensamento e movimento**. Disponível em:
<http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf> Acesso em: 28 de Outubro de 2015

SOARES, Vera. **Movimento Feminista. Paradigmas e desafios**. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16089/14633>> Acesso em: 20 de outubro de 2015.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1988.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto, 2001. Disponível em: <
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>
Acesso em: 16 de novembro de 2015.

SOUZA, Camila Stephane Cardoso. **Gênero e Construção de Identidade de Mulheres Jornalistas**, 2010. Disponível em:
<http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/jornalismo/monografia/2010/CAMILA_STEPHANE.pdf>. Acesso em: 30 de Setembro de 2015